

# 2017 Relatório e Contas



 **Santander Totta**

SEGUROS

3	Relatório do Conselho de Administração
4	Órgãos Sociais
5	Enquadramento Macro
11	A Evolução do Sector Segurador em Portugal
12	A Atividade da Santander Totta Seguros
14	Proposta de Aplicação de Resultados
15	Perspetivas e Desafios para 2018
15	Considerações Finais
16	Demonstrações Financeiras
23	Anexo às Demonstrações Financeiras
96	Certificação Legal de Contas
103	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
107	Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário
111	Política de remunerações dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização

*Exmos. Senhores,*

*Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2017.*

SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

---

**Mesa da Assembleia Geral**

---

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Secretário	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

**Conselho de Administração**

---

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Jorge Filipe Alves Gaspar <sup>(1)</sup>
	Manuela Vieira Marinho
	Óscar Villoslada Montpart <sup>(2)</sup>
	Pedro Brandão de Melo e Castro
	Francisco del Cura Ayuso <sup>(3)</sup>

**Conselho Fiscal**

---

Presidente	José Duarte Assunção Dias
Vogais	António Baia Engana
	Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Suplente	José Luís Areal Alves da Cunha

**Revisor Oficial de Contas**

---

Pricewaterhousecoopers & Associados, S.R.O.C., Lda. representada por  
Carlos Manuel Sim Sim Maia

**Comissão Executiva**

---

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Jorge Filipe Alves Gaspar <sup>(1)</sup>
	Manuela Vieira Marinho
	Pedro Brandão de Melo e Castro

**Secretário da Sociedade**

---

Efetivo	Raquel João Branquinho Nunes Garcia
---------	-------------------------------------

(1) Apresentou renúncia a 27 de Setembro de 2017

(2) Apresentou renúncia a 30 de Abril de 2017

(3) Nomeado em 27 de Setembro de 2017 e autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 27 de Outubro de 2017

## Economia Internacional

A economia mundial acelerou, em 2017, para o ritmo de crescimento mais forte desde o início da crise económica e financeira, em 2008, assim prolongando a recuperação cíclica iniciada em meados de 2016.

Este maior dinamismo foi o resultado de um crescimento conjunto das economias desenvolvidas, que prolongam o ciclo favorável dos últimos anos, e das economias emergentes, com a correção em curso de desequilíbrios vários que tinham penalizado a atividade nos anos mais recentes.

### Crescimento Económico Mundial

	2015	2016	2017
<b>Mundo</b>	<b>3.4</b>	<b>3.2</b>	<b>3.7</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>2.2</b>	<b>1.7</b>	<b>2.3</b>
EUA	2.9	1.5	2.3
UEM	2.0	1.8	2.4
Reino Unido	2.2	1.9	1.7
Japão	1.1	0.9	1.8
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4.3</b>	<b>4.4</b>	<b>4.7</b>
África	3.4	1.4	2.7
Ásia	6.8	6.4	6.5
China	6.9	6.7	6.8
Europa de Leste	4.7	3.2	5.2
Médio Oriente	2.7	4.9	2.5
América Latina	0.1	-0.7	1.3
Brasil	-3.8	-3.5	1.1

Fonte: FMI (janeiro de 2018)

A recuperação cíclica da economia mundial esteve bem patente na dinâmica do comércio internacional, que alimentou uma aceleração do investimento, em especial nas economias desenvolvidas, e no aumento da produção da indústria transformadora. A taxa de desemprego desceu, na generalidade das economias, contribuindo para a melhoria da confiança dos consumidores e alimentando uma recuperação da despesa de consumo.

Para esta recuperação contribuíram igualmente as condições financeiras favoráveis, com baixos níveis de taxas de juro, assim como baixos níveis de volatilidade, apesar de os bancos centrais das economias desenvolvidas estarem a iniciar o processo de remoção dos estímulos e políticas não-convencionais implementados na última década. Esta reversão de políticas foi sempre acompanhada de uma estratégia de comunicação aos mercados visando mitigar os impactos adversos e perturbações que pudessem comprometer a confiança e a recuperação económica.

Nos EUA, a economia evoluiu positivamente, acelerando face a 2016. O crescimento de 2,3% estimado para 2017 está alinhado com o crescimento potencial e marca o oitavo ano de expansão consecutivo, num ciclo económico particularmente longo.

Este crescimento foi particularmente explicado pela melhor dinâmica de investimento, que teve um contributo positivo, ao nível do investimento fixo, e um menor contributo negativo do lado da variação de existências. O contributo do consumo privado para o crescimento permaneceu basicamente inalterado, sendo que a taxa de desemprego desceu ligeiramente, para 4,4% em média anual (-50p.b. face a 2016).

No final de 2017, o Senado e a Câmara dos Representantes chegaram a acordo para uma reforma fiscal, com uma descida generalizada dos impostos, em especial para as empresas, que pode produzir um importante estímulo para a atividade no ano de 2018, sobrepondo-se aos riscos associados à incerteza quanto à política comercial da Administração Trump.

A Reserva Federal dos EUA, ao longo do ano, manteve a sua política de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por três vezes, em passos de 25p.b., para o intervalo de 1,25%-1,50%, enquanto a sua indicação de atuação futura continuou a suportar expectativas de entre duas a três subidas, de igual dimensão, em 2018.

Em junho de 2017, a Reserva Federal detalhou o seu plano de remoção gradual dos estímulos, que tinha comunicado três meses antes: a partir de setembro, o banco central dos EUA deixou de reinvestir mensalmente um determinado montante de ativos, a iniciar em 10 mil milhões de dólares e aumentar gradualmente ao longo do tempo, até atingir 50 mil milhões mensais decorridos doze meses.

Na zona euro, o ano de 2017 foi de consolidação do crescimento económico, aprofundando e reforçando a recuperação iniciada em 2017. As taxas de crescimento são mais homogêneas entre os diferentes países, destacando-se a recuperação em França e Itália, após a quase estagnação dos anos anteriores.

O pesado ciclo eleitoral europeu não penalizou o crescimento, apesar da incerteza existente no início do ano quanto à eventual ascensão de forças populistas ao poder em alguns países, em especial em França, mas a vitória de Emanuel Macron e a sua agenda europeísta e reformista tiveram um contributo positivo para a confiança. Na Alemanha, as eleições gerais de setembro ditaram, após um impasse negocial, a repetição de um Governo de coligação entre a CDU/CSU e o SPD.

Em Espanha, o crescimento abrandou, numa consolidação da recuperação, mas também devido à instabilidade causada pelo processo independentista na Catalunha, que conduziu inclusive à mudança de sede social (e tributária) por muitas das empresas que tinham a sua sede na Catalunha. Ainda assim, Espanha cresceu acima de 3% em 2017.



	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>2.4</b>	<b>1.5</b>
Alemanha	2.2	1.7
França	1.8	1.2
Espanha	3.1	2.0
Itália	1.5	1.3

Fonte: CE (janeiro 2018)

Fruto da dinâmica de crescimento, o Banco Central Europeu reavaliou a sua política monetária, em especial as medidas não convencionais. Deixou inalteradas as taxas de juro de referência mas, em março de 2017, reduziu o volume de aquisição de ativos financeiros, em 20 mil milhões de euros mensais, para 60 mil milhões de euros. Já em dezembro, o BCE comunicou que, com efeitos a partir de janeiro de 2018, o volume de aquisição de ativos seria reduzido em metade, para 30 mil milhões de euros mensais, e que o programa terminaria, salvo situações que requeiram medidas excecionais, em setembro de 2018. Posteriormente, o BCE substituirá as emissões de dívida em carteira que vençam por novas aquisições, assim mantendo inalterado o volume total de ativos adquiridos.

No Reino Unido, o processo do *Brexit* prosseguiu, mas num quadro político mais difícil, após as eleições antecipadas de 8 de junho terem resultado numa perda da maioria absoluta do Governo conservador na Câmara dos Comuns. A erosão de poder político refletiu-se numa menor capacidade negocial com os restantes 27 estados-membro da União Europeia, após a ativação do artigo 50.º do Tratado de Lisboa, em março. No término da primeira fase negocial, quanto aos termos do “divórcio”, o Reino Unido cedeu em alguns pontos-chave, como a fronteira com a República da Irlanda ou os direitos dos cidadãos europeus que residem no Reino Unido. A data de efetivação do *Brexit* foi fixada nas 23 horas do dia 29 de março de 2019. Os “27” acordaram que o período de transição terminará a 31 de dezembro de 2020, sendo que o Reino Unido pretendia um período mais extenso.

A economia britânica continuou a desacelerar, ainda que de forma gradual, e “contrariando” alguns cenários que colocavam a possibilidade de uma recessão no imediato. A depreciação da libra, associada aos baixos níveis de desemprego, contribuiu para que a inflação ultrapassasse a barreira de 3%, pelo que o Banco de Inglaterra subiu a principal taxa de referência, pela primeira vez desde julho de 2007, para 0,5% (+25p.b.).

Nas economias emergentes, o ano foi igualmente caracterizado pela recuperação da atividade económica. Na China, que nos últimos anos tem estado sob especial escrutínio e sido foco de alguma incerteza, as medidas adotadas pelas autoridades permitiram uma estabilização do crescimento. Em 2017, o PIB terá crescido 6,8%, mas os temas de desaceleração estrutural da atividade

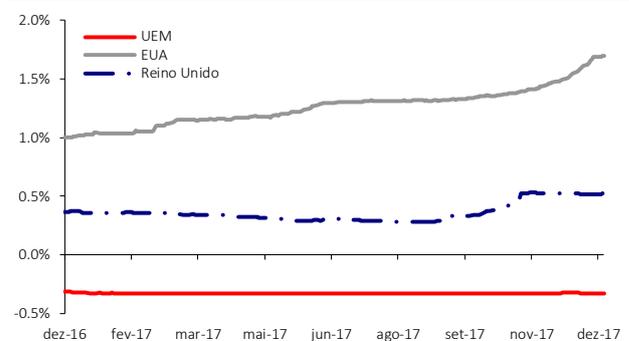
permanecem, também com a alteração do modelo de crescimento.

Na América Latina, a atividade evoluiu também de forma mais favorável, saindo da situação recessiva que caracterizou os últimos anos, em grande medida devido à recuperação observada no Brasil que, em 2017, cresceu em redor de 1%, após a contração acumulada de aproximadamente 8% nos dois anos anteriores. No México, a incerteza associada à evolução da relação comercial com os EUA e o futuro da NAFTA, contribuiu para uma moderação do crescimento.

Os mercados financeiros evidenciaram uma relativa acalmia, patente nos reduzidos níveis de volatilidade e nos baixos níveis de taxas de juro, apesar da reversão que se inicia no ciclo monetário, com os bancos centrais a subir taxas de juro de referência e a reduzir ou mesmo reverter os volumes de liquidez injetados no mercado.

As taxas de juro de curto prazo, nos EUA e no Reino Unido, refletiram as alterações de taxas de referência pelos respetivos bancos centrais, subindo, em especial nos EUA, onde a Reserva Federal mantém a orientação de subida. A divergência com a dinâmica de taxas na zona euro ampliou-se, na medida em que o BCE, apesar de reduzir os volumes de aquisição de ativos, continua a sinalizar que poderá agir se, e quando, necessário.

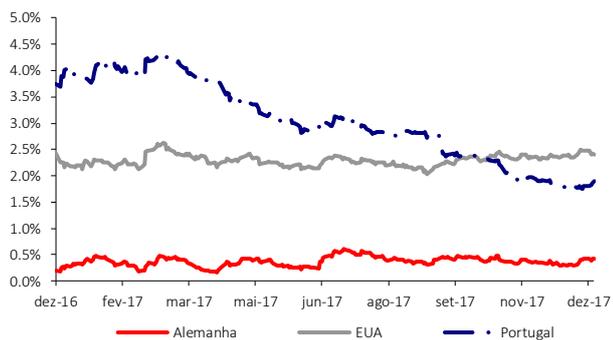
Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

O movimento de *repricing* das taxas de juro de longo prazo, que já se tinha iniciado no ano transato, prosseguiu, embora de forma diferenciada. Nos EUA, as taxas de juro a 10 anos consolidaram em redor de 2,5%, refletindo expectativas de que o ciclo de subida das taxas de referência será gradual, num contexto de inflação controlada. Na Alemanha, as *yields* consolidaram em níveis positivos, embora abaixo de 0,5%, após terem estado em terreno negativo durante parte do ano de 2016.

Taxas de Juro 10 Anos

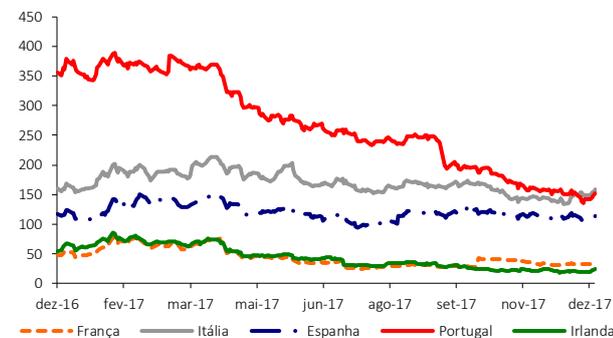


Fonte: Bloomberg

O melhor enquadramento económico na Europa suportou a correção dos desequilíbrios orçamentais, com a generalidade dos países a reduzir os défices e a estabilizar ou mesmo descer o rácio da dívida pública face ao PIB.

Em Portugal, as *yields* desceram, de forma sustentada ao longo do ano, até cerca de 2%, no prazo dos 10 anos. O mais sólido crescimento económico e o compromisso com as metas orçamentais materializaram-se na melhoria do *rating* atribuído à República pelas agências S&P e Fitch, para níveis de *investment grade*.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

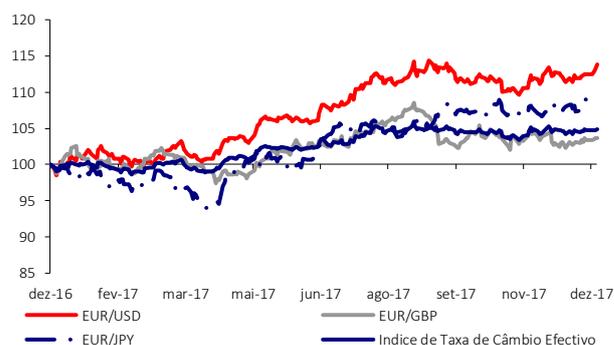
Neste enquadramento, e na zona euro, os *spreads* face à Alemanha estreitaram de forma generalizada, mas com especial destaque para o da dívida pública portuguesa, que se reduziu de quase 400p.b. no início do ano para 150p.b. no final de 2017, chegando mesmo a situar-se abaixo do *spread* da dívida italiana.

No mercado cambial, a principal dinâmica caracterizou-se pela apreciação do euro face à generalidade das divisas. Apesar das diferenças de política monetária e de taxas de juro de referência, o euro apreciou cerca de 15% face ao dólar norte-americano. Contrariando a política anterior, a

Administração Trump por várias vezes referiu que um dólar mais fraco era do interesse da economia norte-americana.

A libra esterlina registou uma depreciação mais moderada, até porque um movimento mais forte já se tinha registado em 2016, após o referendo do *Brexit*. Face ao dólar, a libra reverteu parte da depreciação registada em 2016.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2016 = 100)

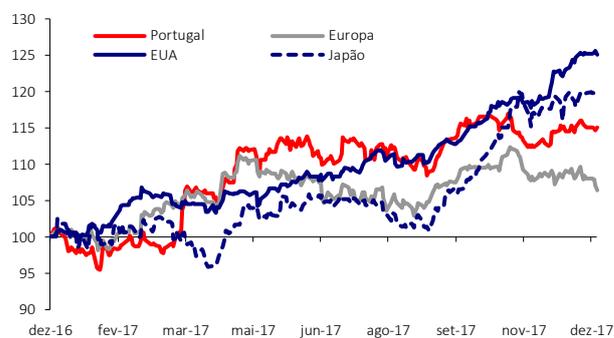


Fonte: BCE

A generalidade dos mercados acionistas registou uma valorização no ano de 2017, num movimento que se reforçou a partir do segundo trimestre, quando os dados de crescimento económico reforçaram as expectativas de que a recuperação era sustentada.

Nos EUA, os mercados acionistas valorizaram de forma continuada, mas reforçaram a tendência após o verão, não só com a consolidação do crescimento, mas sobretudo pela aprovação da reforma fiscal pelo Congresso, com uma descida da carga fiscal sobre as empresas.

Mercados Acionistas (Dez-16 = 100)



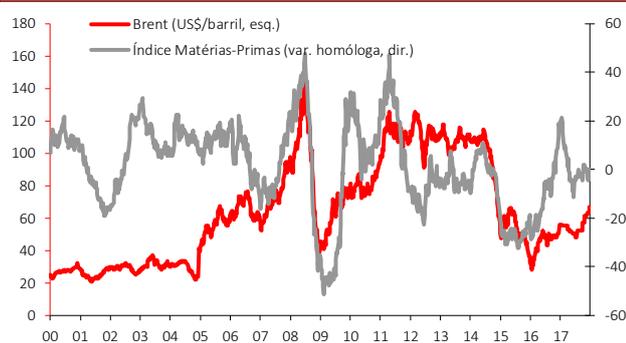
Fonte: Bloomberg

Na Europa, a recuperação dos mercados acionistas foi mais tímida, pontualmente afetada pelos processos eleitorais em países de relevo, como a Holanda, a França e a Alemanha. No

final do ano, regressou um sentimento de alguma incerteza, devido aos desenvolvimentos políticos na Catalunha e às expectativas de eleições antecipadas em Itália.

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma valorização de cerca de 15%, com a generalidade das cotadas a evoluir positivamente, embora algumas empresas tenham refletido sobretudo temas de reorganização da estrutura acionista. O melhor momento macroeconómico, do ponto de vista de crescimento e de correção dos principais desequilíbrios, e a melhoria da notação de risco da República, para *investment grade*, contribuíram para esta evolução.

**Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)**



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo valorizou cerca de 19%, para 66 dólares por barril, no final do ano, assim recuperando os níveis mais elevados desde 2015. As perspetivas de forte procura, os acordos entre a OPEP e outros produtores para a redução da produção e a instabilidade geopolítica sentida na região do Médio Oriente contribuíram para esta valorização.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, apesar dos baixos níveis de volatilidade, manteve o seu papel de ativo de refúgio, em parte no quadro de instabilidade na península da Coreia, tendo atingido um máximo de 1.360 dólares no verão, para terminar o ano em redor de 1.330 dólares por onça.

**Economia Portuguesa**

A melhoria da conjuntura económica internacional, entre 2015 e 2017, potenciou uma recuperação mais rápida da economia portuguesa, suportada pelo crescimento das exportações, reflexo da capacidade das empresas portuguesas em reorientarem os seus produtos e serviços para um mercado externo mais diversificado.

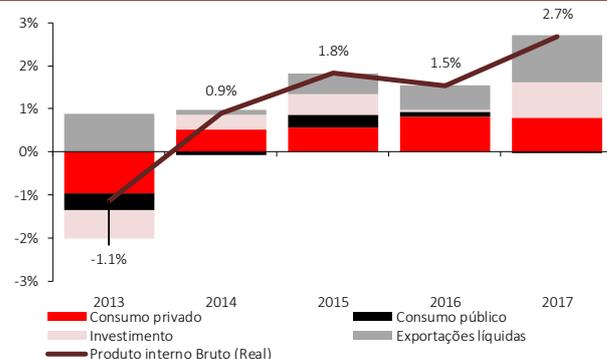
**Dados Macroeconómicos**

	2015	2016	2017
<b>PIB</b>	<b>1.8</b>	<b>1.6</b>	<b>2.7</b>
Consumo Privado	2.3	2.1	2.2
Consumo Público	1.3	0.6	0.1
Investimento	6.4	0.8	8.4
Exportações	6.1	4.4	7.9
Importações	8.5	4.2	7.9
Inflação média	0.5	0.6	1.4
Desemprego	12.4	11.1	8.9
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3.1	-2.4	-1.1
Dívida pública (% do PIB)	128.8	130.1	126.2
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1.3	1.6	1.4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Em 2017, a economia portuguesa cresceu cerca de 2,7%, com as exportações a crescerem 7,1% e a serem o principal motor de crescimento com uma contribuição de 3,3p.p. para o crescimento total. O segundo motor foi a formação bruta de capital fixo (FBCF), que cresceu 8,4%, com todas as suas componentes a registarem crescimentos positivos, em especial o investimento em transportes (+19,6%), máquinas e equipamentos (+14,5%) e construção (+8%). A FBCF contribuiu 1,4p.p. para o crescimento total da economia. O terceiro motor foi o consumo privado, que cresceu 2,2%, suportado em particular pela aquisição de bens duradouros (+6,0%).

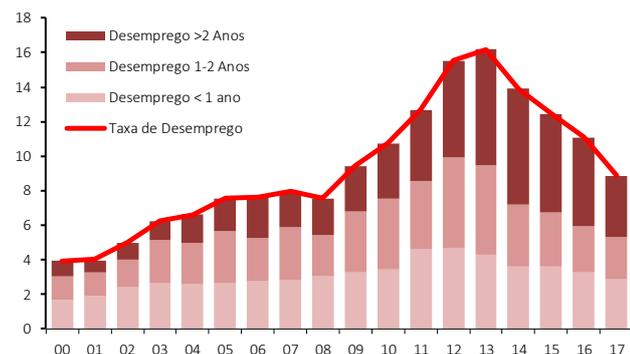
**Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)**



Fonte: INE

O mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2017, com a taxa de emprego efetiva (contratos permanentes) a rondar os 60% da população ativa em 2017. Em 2017, foram criados +161,3 mil postos de trabalho. A taxa de desemprego reduziu-se para 8,1% no quarto trimestre, o nível mais baixo desde 2009, enquanto em média anual a taxa se reduziu para 8,9%.

### Taxa de Desemprego (%)



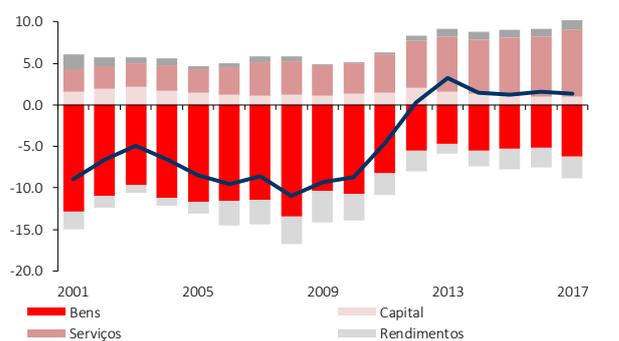
Fonte: INE

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2017, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível bruto, fruto de um crescimento mais pronunciado do consumo (+3,4%) face a um crescimento mais moderado do rendimento disponível (1,7%), em termos homólogos.

Resultado da melhoria da competitividade das empresas exportadoras portuguesas, verificou-se um aumento sustentado do peso das exportações no PIB, com estas a pesarem 43% do PIB em 2017 (em termos nominais), enquanto em 2008 representavam 27%. Consequentemente, a balança comercial passou de défices recorrentes médios anuais de 8% do PIB, para excedentes comerciais de 2% do PIB, desde 2013. Em 2017, a balança comercial situou-se em 1,5% do PIB nominal.

Merece destacar o aumento das exportações de bens, contribuindo para a redução efetiva da posição deficitária em 8,8p.p. do PIB, nos últimos 8 anos (ou seja, passando de um défice de 15,3% em 2008 para 6,5% em 2017). Na origem desta melhoria expressiva esteve o aumento das exportações de metais e máquinas que, no seu conjunto representam 34% do total das exportações de bens.

### Balança Corrente e de Capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

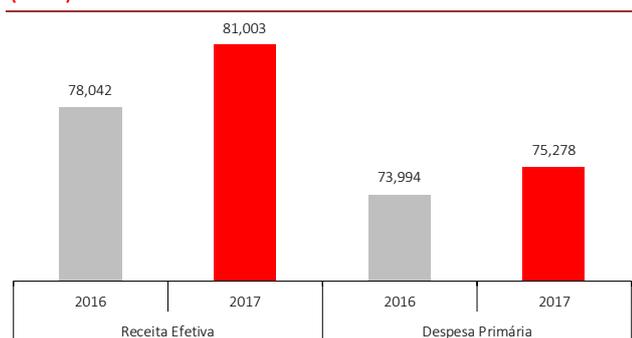
As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com o turismo a contribuir em +5p.p. do PIB, de um saldo total de +7p.p., em 2017. Atualmente, as exportações de turismo pesam 7% do PIB.

O elevado endividamento da economia (338% do PIB nominal no quarto trimestre de 2017) é ainda uma restrição ao crescimento económico, com especial incidência sobre o investimento, bem como continua a ser o maior fator de risco no médio prazo. Apesar do processo de desalavancagem, no quarto trimestre de 2017, o sector privado registou um rácio de endividamento de 212% do PIB, dos quais, 74% são das famílias (53% em crédito habitação e 21% crédito ao consumo) e 138% é das empresas não financeiras. O sector público registou um rácio de 126,2% do PIB, descendo de forma pronunciada no final do ano, com a amortização antecipada de uma parte significativa dos empréstimos ao FMI.

A evolução das finanças públicas, em 2017, registou um défice orçamental de 1,1% do PIB, melhor do que o inicialmente previsto, no orçamento de Estado para 2017, que era um défice de 1,4%, fruto do crescimento superior ao esperado das receitas totais (+4,9%), em particular, das fiscais indiretas (+6%) e do aumento das contribuições sociais (+4%), associado a uma despesa pública com um crescimento +3,5%.

A queda do custo com o serviço da dívida pública (-2,5%) limitou um crescimento mais acentuado da despesa pública. O orçamento de Estado para 2018 prevê défice orçamental das administrações de públicas de 1,0% do PIB.

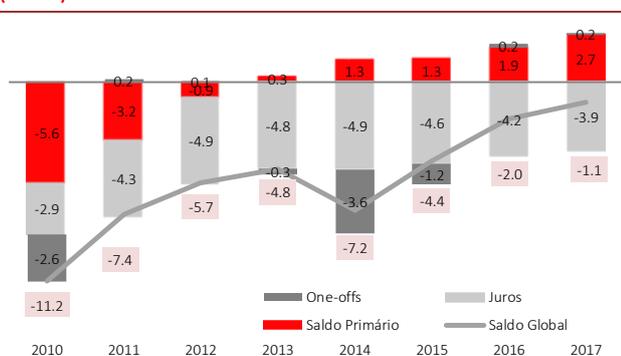
### Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

As taxas de juro da dívida da República Portuguesa continuam a registar níveis mínimos, fruto da redução da perceção do risco soberano por parte dos investidores, alavancada pela boa *performance* económica e pela evolução das contas públicas, e que se materializou na melhoria da notação de *rating* da República para “BBB-”, já em *investment grade*, pela Standard and Poors, em setembro, e, em dezembro de 2017, para “BBB” pela Fitch. Em janeiro de 2018, a taxa de juro a 10 anos cotava em níveis abaixo dos 2,0%, e o diferencial face à dívida alemã era inferior a 150p.b. (e inferior ao correspondente spread da dívida italiana).

### Défice Orçamental (% PIB)



Fonte: Ministério das Finanças

Em 2017, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e continuou focado na diversificação das fontes de financiamento, em especial no segmento de retalho. Em 2017, foram colocados cerca de 7 mil milhões de euros em produtos de aforro para as famílias, repartidos entre OTRV e Certificados de Poupança. No final do ano, o Tesouro ajustou as condições de remuneração dos

produtos de aforro às *yields* da dívida pública, traduzindo-se numa descida das taxas de juro.

Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, na medida em que permaneceram quase inalterados face a 2016.

O setor financeiro português, em 2017, prosseguiu os vários processos de reestruturação. O banco público concluiu a recapitalização acordada com as autoridades europeias, e, em outubro, o Fundo de Resolução concluiu a venda do Novo Banco ao fundo LoneStar, embora mantendo uma participação de 25% no capital. Já no final do ano, e na sequência da medida de resolução aplicada ao Banco Popular Español (que foi adquirido pelo Banco Santander), o Banco Santander Totta adquiriu e incorporou por fusão o Banco Popular Portugal.

A dinâmica dos agregados de crédito continuou a ser caracterizada pela desalavancagem, em grande medida associada à gestão dos ativos não produtivos que os bancos detêm em balanço. Entre dezembro de 2016 e setembro de 2017, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o *stock* de empréstimos *non-performing* reduziu-se em 6,5 mil milhões de euros.

Esta evolução anulou os efeitos de incremento da nova produção de crédito aos particulares (mais quase 3 mil milhões de euros, em grande medida no crédito hipotecário), já que a nova produção de crédito a empresas registou uma redução de 3,3% no ano.

## A Evolução do Sector Segurador em Portugal

Num contexto económico mais favorável, o volume global da produção de seguro direto do sector segurador português cresceu, em 2017, +6,3% para o valor de 11,6 mil milhões de euros invertendo assim a tendência de queda que se vinha assistindo desde 2014. Para este acréscimo contribuíram os incrementos verificados tanto no ramo Vida (5,8%) como nos ramos Não Vida (7,1%).

### Produção de seguro direto em Portugal, por ramos

u.m: milhões de euros	2014	2015	2016	2017*	Δ
<b>Vida</b>	<b>10 439</b>	<b>8 671</b>	<b>6 677</b>	<b>7 062</b>	<b>5,8%</b>
Seguro de Vida	8 401	6 522	4 991	4 874	-2,3%
Seguros Ligados a F. Investimento	2 031	2 148	1 686	2 187	29,7%
Operações de Capitalização	7	1		1	
<b>Não Vida</b>	<b>3 849</b>	<b>3 993</b>	<b>4 194</b>	<b>4 490</b>	<b>7,1%</b>
Acidentes e Doença	1 259	1 354	1 482	1 634	10,3%
Acidentes de trabalho	516	556	624	705	13,0%
Doença	589	633	694	751	8,3%
Acidentes (outras)	154	165	164	178	8,0%
Incêndio e Outros Danos	751	764	779	802	3,0%
Automóvel	1 449	1 471	1 522	1 610	5,8%
Marítimo e Transportes	28	25	25	25	0,3%
Aéreo	6	7	6	7	13,3%
Mercadorias Transportadas	24	23	22	22	2,7%
Responsabilidade Civil Geral	108	112	116	123	6,0%
Diversos	223	238	243	267	9,9%
<b>TOTAL</b>	<b>14 288</b>	<b>12 664</b>	<b>10 872</b>	<b>11 552</b>	<b>6,3%</b>

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

\* Valores Provisórios

Fonte: ASF – Departamento de Estatística e Controlo de Informação

No ramo Vida de salientar os planos de poupança reforma (PPR) que apresentaram um crescimento de cerca de 30%, representando assim 31% do total do ramo vida que compara com 25% em 2016.

Já o ramo Não Vida, fruto da melhoria verificada na situação económica do país e do mercado de trabalho, apresenta crescimentos de produção em todos os principais ramos, materializando um crescimento total de +7,1% face a 2016, destacando-se a contribuição da modalidade de Acidentes de Trabalho, que detém um peso de 15,7% nos ramos Não Vida e cujo crescimento foi de 13%, em linha com o verificado no ano 2016, na sequência das recomendações da ASF e das medidas tomadas pelos operadores no sentido do restabelecimento do equilíbrio técnico desta modalidade. De salientar, embora com menos expressão, o crescimento do Ramo Doença com +8,3% de produção que em 2016 e o Automóvel com +5,8% de crescimento. Este impacto positivo não foi, no entanto, sentido a nível da rentabilidade do setor, quer pela evolução, continuada, de baixas taxas de juros com a consequente redução dos resultados financeiros; quer pelo aumento da taxa de sinistralidade em alguns ramos, com destaque para os sinistros resultantes dos incêndios ocorridos em 2017.

A estrutura que a produção apresenta em 2017, coloca o segmento Vida responsável por 61% da produção total do Sector e o segmento Não Vida responsável pelos restantes 39% em linha com o verificado em 2016.

O início do ano 2017 foi bastante exigente, uma vez que ocorreu o primeiro processo de produção, certificação e publicação de reporte anual de Solvência II.

Ainda decorrente da recente entrada em vigor do novo regime, durante o ano de 2017 o setor desenvolveu e melhorou procedimentos e processos ao nível de metodologias de cálculo, de reporte e de requisitos de governação, integrando estas alterações no processo de decisão e de definição de estratégias.

A resposta do mercado face a estes requisitos e exigências reforçou a confiança no setor, tornando-o mais rigoroso e transparente, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.

Além do exigente desafio da regulação, os desafios da inovação, da digitalização da economia e da mudança de comportamentos dos consumidores, são também geradores de novas oportunidades para novos negócios que deem resposta a novos riscos e, conseqüentemente, a novos seguros, ou a novas coberturas para os seguros hoje disponíveis. Nesse sentido, iremos ver o setor a aprofundar o seu processo de transformação e modernização iniciado em anos anteriores, com vista a reforçar a sua credibilidade e sustentabilidade.

## A Atividade da Santander Totta Seguros em 2017

### Atividade e Resultados

Na atividade individual, o ano 2017, configura-se como ano de inflexão da carteira de seguros financeiros. O valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2017 o montante de 785,8 milhões de euros representando um aumento de 82% relativamente a 2016, invertendo a evolução de decréscimo da carteira que se verificava desde 2011.

O volume de prémios da atividade de risco e mistos atingiu em 2017, 82,2 milhões de euros representando uma diminuição de 4,9% face aos prémios emitidos em 2016, apesar de tratar-se de uma carteira sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de Dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de Julho 2012 e do novo negócio de vida risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Nos produtos financeiros, a Companhia promoveu em estreita colaboração com o seu Mediador Único, o Banco Santander Totta S.A. a sua oferta diversificada, a qual conheceu importantes desenvolvimentos em 2016 com vista a dotar a Seguradora de uma oferta completa para servir os principais segmentos do Banco, criando-se as bases de sustentabilidade para o crescimento apresentado em 2017. Com efeito, as gamas de Unit Linked Abertos, nomeadamente o Seguro Financeiro Equilibrado e o Seguro Financeiro Crescimento Ações, destinados aos segmentos *mass market* e afluente e os UL's Individuais Private registaram um crescimento significativo, beneficiando de condições de mercado favoráveis. Adicionalmente, deu-se um foco importante à temática da Reforma, com o patrocínio de um simulador de reforma e de conteúdos específicos disponibilizados no site do mediador, com impacto nas subscrições líquidas do PPR Garantido.

Finalmente, emitiram-se diversos produtos sob a forma de seguro ICAE não normalizados ao longo do ano, alcançando prémios totais emitidos no valor de 702,8 milhões de euros,

Prémios emitidos e Contribuições	2016	2017	Var.
<b>Contratos de Seguros</b>			
- Seguros de Vida Risco	87,1	83,0	-4,7%
- Seguros Poupança (exclui PPR/E)	0,8	0,2	-72,3%
- PPR/E	33,0	127,7	+287%
<b>Contratos de Investimento</b>			
- Seguros Poupança (exclui PPR/E)	304,2	566,0	+86%
- PPR/E	5,8	8,9	+54,1%
<b>Total</b>	<b>430,9</b>	<b>785,8</b>	<b>+82,4%</b>

um aumento de +104% face a 2016.

Não obstante o aumento da produção, a margem técnica reduziu-se 3,9% face a 2016 devido, por um lado, ao menor volume de produtos de risco, ao tratar-se de uma carteira fechada a novas entradas e por outro, pelo vencimento de seguros financeiros com margens superiores às da nova produção, fruto do atual enquadramento de baixas taxas de juro.

O total de comissões de seguros pagas à rede Santander Totta ascendeu a 48,1 milhões de euros em 2017 significando um decréscimo de 5,3% relativamente ao ano transato, fruto do anteriormente referido.

O resultado da conta técnica alcançou, em 31 de Dezembro de 2017, 2,7 milhões de euros contra 2,6 milhões no ano anterior.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 5,9 milhões de euros, representando uma diminuição de 60,6% relativamente ao ano anterior, cujo resultado estava influenciado pelos 12,25 milhões de euros de mais valia decorrentes do ajuste ao preço de venda inicial da participação de 51% à Aegon. Sem este efeito, o resultado antes de impostos teria registado um aumento de 112%.

O ativo líquido da Santander Totta Seguros em 31 de Dezembro de 2017 era de 3.054 milhões de euros representando um aumento de 12,9% face ao ano anterior o qual decorre fundamentalmente do elevado volume de contribuições para contratos financeiros.

O volume total de ativos financeiros geridos aumentou para 3.011 milhões de euros, um aumento de 13% face a 2016, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos. O valor de 2017 continua a incluir 14,3 milhões de euros relativos à participação de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 2.864 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2017 versus 2.468 milhões de euros em 2016.

Em 2017 o Capital Próprio da Companhia totalizava 89,6 milhões de Euros, registando-se uma diminuição de 73,6 milhões de Euros face a 2016, na sequência da distribuição ao acionista de dividendos e resultados transitados num total de 79 milhões de Euros: 10,7 milhões de Euros de dividendos e 34,3 milhões de Euros de resultados transitados, distribuídos no âmbito da aplicação de resultados aprovada em Assembleia Geral de março 2017 e, 34 milhões de euros de distribuição de reservas disponíveis, em setembro de 2017.



Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2017. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2017 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2018.

No âmbito do Pilar 1, durante 2017 a Santander Totta Seguros trabalhou no projeto de migração da ferramenta Moses para o software *RiskAgility Financial Modeller* e *Unify*, da Willis Towers Watson, esperando com a sua conclusão potenciar um melhor desempenho, simplificação e flexibilidade dos motores de cálculo do SCR. No Pilar 2, além do primeiro processo de revisão anual das políticas, foi concluída a implementação de todas as políticas, à exceção da Política de Qualidade de Dados, cujo projeto de implementação, iniciado em 2017, espera ver-se concluído durante o primeiro semestre de 2018. Relativamente ao Pilar 3, em 2017 concluíram-se os desenvolvimentos que visavam otimizar e automatizar todo o processo de reporte, encontrando-se à presente data, o projeto, em fase de estabilização. Em 2017, os esforços da companhia focaram-se ainda na produção do primeiro reporte quantitativo completo, na elaboração do primeiro reporte narrativo completo para o supervisor e, com particular atenção, no desenvolvimento do primeiro relatório público elaborado ao abrigo do regime Solvência II – o Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira. Em paralelo com os processos de reporte, a Companhia adequou o seu sistema de governação às condições impostas pelo regime Solvência II, embora boa parte dos atuais princípios de governação estivessem já instituídos, cumpriu-se com uma maior clarificação e segmentação de funções e sistemas internos, assim como de afinação dos processos de autoavaliação do risco e da solvência.

Ainda durante 2017, a Santander Totta Seguros procedeu ao primeiro reporte do FATCA e CRS. Preparou, durante o segundo semestre a adoção da IFRS 9 a partir de 1 de Janeiro de 2018, em linha com os modelos, procedimentos e *governance* definidos no grupo em que se insere e adaptou a documentação pré-contratual dos seus produtos aos requisitos definidos no Regulamento dos PRIIPs. O foco atual, está neste momento na implementação dos novos requisitos legais referentes ao Regulamento Geral de Proteção de Dados e à Nova diretiva da Distribuição de Seguros.

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

Indicadores	Milhões de Euros / %			
	2014	2015	2016	2017
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	10,9%	13,1%	13,5%	14,2%
Capitais Seguros Risco (10 <sup>6</sup> €) / N <sup>o</sup> médio de Colaboradores	315	409	342	331
N <sup>o</sup> médio de Colaboradores	49	34	36	33
Resultado Líquido	10,2	4,4	11,9	5,1
Capital Próprio	174,9	155,9	163,2	89,6
Ativo Líquido	4.116	3.251	2.705	3.054
Resultado Líquido / Capital Próprio	5,8%	2,8%	7,3%	5,7%
Resultado Líquido / Ativo Líquido	0,2%	0,1%	0,4%	0,2%

### Parceria com a Aegon

O terceiro ano de atividade da aliança estratégica entre o Grupo Santander e o Grupo Aegon, materializado na atividade das suas duas participadas (Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, Companhia de Seguros, S.A.) foi fundamentalmente marcado pelo aumento da oferta de produtos e reformulação de existentes, de forma a ir de encontro às necessidades de proteção específicas dos seus clientes e, pela alteração do plano tecnológico definido pelos acionistas aquando da constituição da parceria, na sequência da identificação da necessidade de desenvolvimento de capacidades e funcionalidades, adicionais ao plano inicial, que se tornaram relevantes para continuar a garantir a eficácia e eficiência e time-to-market da sistemática comercial. O impacto desta descontinuação de plataformas informáticas, traduziu-se no registo de uma perda por imparidade em ativos intangíveis no montante total de 5,2 milhões de Euros nos resultados das duas sociedades. É convicção do Conselho de Administração que a decisão de alteração do plano de sistemas de informação permitirá assegurar os níveis de eficiência operacional, bem como uma estabilização e redução de custos de tecnologia nos próximos anos.

Em 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado, registando a Santander Totta Seguros por este efeito, nas suas contas individuais a 31 de Dezembro 2016 uma mais-valia de 12,25 milhões de euros.



### Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de 5.100.479,74€ (cinco milhões, cem mil quatrocentos e setenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 510.047,98€ (Quinhentos e dez mil e quarenta e sete euros e noventa e oito cêntimos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei 147/2015 de 9 de Setembro;
- 4.590.431,76€ (Quatro milhões quinhentos e noventa mil quatrocentos e trinta e um euros e setenta e seis cêntimos) para Resultados Transitados.

## Perspetivas e Desafios para 2018

Para o ano de 2018, a Companhia perspetiva:

- A otimização de processos e maior eficiência de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa atividade – o serviço a clientes e a sua satisfação com uma maior eficiência nos custos;
- Prosseguir a implementação de melhorias no processo de reporte de Solvência II incorporando as alterações legislativas que forem sendo emitidas;
- Prosseguir o controlo e supervisão da atividade e dos riscos associados às sociedades resultantes da aliança com a Aegon, apoiando o desenvolvimento da parceria e prossecução do plano de negócios contratado num quadro de adequado controlo.
- Robustecer a gama de produtos da companhia, por forma a completar a proposta de valor do mediador único, nomeadamente na temática de investimento de médio e longo prazo, crítica no planeamento financeiro das famílias.
- Apoiar o comercializador através da disponibilização de conteúdos comerciais inovadores e de ações de formação regulares às estruturas comerciais do Banco Santander Totta.
- Melhorar do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

## Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 19 de Março de 2018

O Conselho de Administração,

Nuno Miguel Frias Costa  
Presidente

Manuela Vieira Marinho  
Vogal

Pedro Brandão de Melo e Castro  
Vogal

Francisco del Cura Ayuso  
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	ATIVO	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	213,166,098		213,166,098	165,149,997
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14,308,000	-	14,308,000	14,308,000
6	Ativos financeiros detidos para negociação	8,709,172	-	8,709,172	1,162,102
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2,286,338,421	-	2,286,338,421	1,983,969,469
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	402,836,297	-	402,836,297	305,639,654
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	85,428,465	-	85,428,465	187,490,961
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	82,253,443	-	82,253,443	184,161,206
	Empréstimos concedidos	1,911,881	-	1,911,881	2,003,674
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	1,263,141	-	1,263,141	1,326,081
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
7	Outros ativos tangíveis	2,500,735	2,379,399	121,336	158,653
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
8	Outros ativos intangíveis	7,920,579	7,124,755	795,824	803,066
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	22,941,347	-	22,941,347	22,316,676
	Ramo Vida	22,941,347	-	22,941,347	22,316,676
	Provisão matemática	445,895	-	445,895	1,128,013
	Provisão para sinistros	19,064,293	-	19,064,293	17,514,870
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	3,431,159	-	3,431,159	3,673,793
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ramos Não Vida	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
9 e 16	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17,023,662	30,509	16,993,153	19,555,973
	Contas a receber por operações de seguro direto	5,865,517	30,509	5,835,008	6,270,136
	Contas a receber por operações de resseguro	58	-	58	102,869
	Contas a receber por outras operações	11,158,086	-	11,158,086	13,182,968
15	Ativos por impostos e taxas	2,653,589	-	2,653,589	4,514,433
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	369,112	-	369,112	-
	Ativos por impostos diferidos	2,284,478	-	2,284,478	4,514,433
10	Acréscimos e diferimentos	16,307	-	16,307	14,205
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>3,063,842,672</b>	<b>9,534,663</b>	<b>3,054,308,009</b>	<b>2,705,083,188</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	Exercício Anterior
	<b>PASSIVO</b>		
11	Provisões técnicas	412,496,811	300,732,933
	Ramo Vida	412,496,811	300,732,933
	Provisão matemática	360,077,117	250,529,062
	Provisão para sinistros	26,863,062	25,355,426
	Provisão para participação nos resultados	22,088,887	21,143,554
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	3,467,746	3,704,890
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Ramos Não Vida	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-
	Provisão para sinistros	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,451,851,528	2,167,248,250
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2,430,798,331	2,148,102,875
	Valorizados ao custo amortizado	21,053,198	19,145,374
13	Outros passivos financeiros	70,396,002	40,383,627
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	80,320	214,145
	Outros	70,315,682	40,169,482
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	21,181,645	21,915,238
	Contas a pagar por operações de seguro direto	10,549,570	12,491,838
	Contas a pagar por operações de resseguro	6,460,887	6,682,318
	Contas a pagar por outras operações	4,171,187	2,741,082
15	Passivos por impostos e taxas	1,627,979	4,378,784
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	1,627,979	4,378,784
	Passivos por impostos diferidos	-	-
10	Acréscimos e diferimentos	2,940,878	2,837,314
16	Outras provisões	4,181,135	4,381,311
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2,964,675,978</b>	<b>2,541,877,456</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
17	Capital	47,250,000	47,250,000
	Dividendo Antecipado	-	-
17	Outros instrumentos de Capital	-	-
18	Reservas de reavaliação	3,985,724	3,560,555
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	3,985,724	3,560,555
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
18	Reserva por impostos diferidos	(936,645)	(836,730)
18	Outras reservas	33,998,559	32,810,671
18	Resultados transitados	233,914	68,548,005
	Resultado do exercício	5,100,480	11,873,232
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>89,632,031</b>	<b>163,205,733</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>3,054,308,009</b>	<b>2,705,083,188</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	130,966,891	-		130,966,891	36,698,663
	Prémios brutos emitidos	210,954,789	-		210,954,789	120,895,601
	Prémios de resseguro cedido	79,982,409	-		79,982,409	84,183,499
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(237,144)	-		(237,144)	(194,177)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(242,633)	-		(242,633)	(207,616)
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	24,556,059	-		24,556,059	26,816,876
11	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	22,256,209	-		22,256,209	23,559,057
	Montantes pagos	22,297,997	-		22,297,997	23,557,787
	Montantes brutos	41,145,372	-		41,145,372	44,400,358
	Parte dos resseguradores	18,847,376	-		18,847,376	20,842,571
	Provisão para sinistros (variação)	(41,787)	-		(41,787)	1,270
	Montante bruto	1,507,636	-		1,507,636	(3,509,815)
	Parte dos resseguradores	1,549,423	-		1,549,423	(3,511,086)
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	110,111,720	-		110,111,720	17,199,852
	Montante bruto	109,353,295	-		109,353,295	14,520,413
	Parte dos resseguradores	(758,425)	-		(758,425)	(2,679,439)
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	408,123	-		408,123	535,649
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-		-	-
21	Custos e gastos de exploração líquidos	25,092,876	-		25,092,876	26,923,779
	Custos de aquisição	49,922,868	-		49,922,868	52,685,983
	Custos de aquisição diferidos (variação)	157,876	-		157,876	559,790
	Gastos administrativos	3,212,069	-		3,212,069	3,396,339
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	28,199,937	-		28,199,937	29,718,333
25	Rendimentos	94,332,870	-	3,852,624	98,185,494	96,555,868
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	7,597,448	-	2,697,101	10,294,550	16,615,861
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	86,735,421	-	1,155,523	87,890,944	79,940,006
26	Gastos financeiros	6,291,680	-	645,207	6,936,887	3,662,500
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	6,291,680	-	645,207	6,936,887	3,662,500
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(178,910)	-	-	(178,910)	14,419,234
	De ativos disponíveis para venda	(386)	-	-	(386)	869,436
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(178,524)	-	-	(178,524)	1,299,798
	De outros	-	-	-	-	12,250,000
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(82,545,031)	-	(128,055)	(82,673,086)	(87,205,808)
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	(1,497,617)	-	12	(1,497,605)	906,416
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(81,047,414)	-	(128,067)	(81,175,481)	(88,112,225)
28	Diferenças de câmbio	(64)	-	-	(64)	75,389
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(142,741)	-	-	(142,741)	(156,900)
16	Outras provisões (variação)	-	-	34,455	34,455	295,183
30	Outros rendimentos/gastos	-	-	54,621	54,621	18,849
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>2,828,464</b>	<b>-</b>	<b>3,099,529</b>	<b>5,927,993</b>	<b>15,046,151</b>
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	165,509	-	181,371	346,880	2,393,878
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	229,328	-	251,305	480,633	779,041
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2,433,627</b>	<b>-</b>	<b>2,666,853</b>	<b>5,100,480</b>	<b>11,873,232</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2016 (posição de abertura)</b>	47,250,000	3,560,555	(836,730)	32,800,508	10,163	68,548,005	11,873,232	163,205,733
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	47,250,000	3,560,555	(836,730)	32,800,508	10,163	68,548,005	11,873,232	163,205,733
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	1,187,323	-	-	(1,187,323)	-
18	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	(34,314,091)	(10,685,909)	(45,000,000)
18	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	(34,000,000)	-	(34,000,000)
	<b>Resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	-	-	5,100,480	5,100,480
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	-	425,169	(99,915)	-	565	-	-	325,819
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	425,169	-	-	-	-	-	425,169
18	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(99,915)	-	-	-	-	(99,915)
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	565	-	-	565
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	-	425,169	(99,915)	-	565	-	5,100,480	5,426,299
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	425,169	(99,915)	1,187,323	565	(68,314,091)	(6,772,753)	(73,573,701)
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2017</b>	47,250,000	3,985,724	(936,645)	33,987,832	10,727	233,914	5,100,480	89,632,031

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2015 (posição de abertura)</b>	47,250,000	4,428,700	(1,040,744)	32,362,588	-	68,548,005	4,379,206	155,927,754
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	47,250,000	4,428,700	(1,040,744)	32,362,588	-	68,548,005	4,379,206	155,927,754
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	437,921	-	-	(437,921)	-
18	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(3,941,285)	(3,941,285)
18	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	-	-	11,873,232	11,873,232
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	-	(868,145)	204,014	-	10,163	-	-	(653,968)
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(868,145)	-	-	-	-	-	(868,145)
18	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	204,014	-	-	-	-	204,014
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	10,163	-	-	10,163
18	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	-	(868,145)	204,014	-	10,163	-	11,873,232	11,219,264
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	(868,145)	204,014	437,921	10,163	-	7,494,027	7,277,979
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2016</b>	47,250,000	3,560,555	(836,730)	32,800,508	10,163	68,548,005	11,873,233	163,205,733

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2,433,627</b>	-	<b>2,666,853</b>	<b>5,100,480</b>	<b>11,873,232</b>
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>325,819</b>	-	-	<b>325,819</b>	<b>(653,968)</b>
	Items que reclassificam por resultados					
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	425,169	-	-	425,169	(868,145)
	Ganhos e perdas líquidos	425,555	-	-	425,555	(1,737,581)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(386)	-	-	(386)	869,436
	Imparidade	-	-	-	-	-
27	Alienação	(386)	-	-	(386)	869,436
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com itens que reclassificam por resultados	(99,915)	-	-	(99,915)	204,014
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-	-	-	-
	Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
	Outros movimentos	565	-	-	565	10,163
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	<b>2,759,446</b>	-	<b>2,666,853</b>	<b>5,426,299</b>	<b>11,219,264</b>

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2,058,593</b>	-	<b>9,814,639</b>	<b>11,873,232</b>	<b>4,379,206</b>
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>(653,968)</b>	-	-	<b>(653,968)</b>	<b>(1,261,204)</b>
	Items que reclassificam por resultados					
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	(868,145)	-	-	(868,145)	(1,648,633)
	Ganhos e perdas líquidos	(1,737,581)	-	-	(1,737,581)	(6,357,314)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	869,436	-	-	869,436	4,708,681
	Imparidade	-	-	-	-	-
27	Alienação	869,436	-	-	869,436	4,708,681
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com itens que reclassificam por resultados	204,014	-	-	204,014	387,429
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-	-	-	-
	Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
	Outros movimentos	10,163	-	-	10,163	-
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	<b>1,404,625</b>	-	<b>9,814,639</b>	<b>11,219,264</b>	<b>3,118,002</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

**SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Montantes expressos em euros)

	2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	5,100,480	11,873,232
Mais / (menos) valias na alienação de investimentos em filiais	-	(12,250,000)
Mais / (menos) valias na alienação de carteiras de seguros	-	4,434,605
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	572,473	1,402,912
Variação em outras provisões	(200,175)	(3,209,817)
Variação nas provisões técnicas	111,139,208	16,229,994
Variação de passivos por contratos de investimento	284,603,279	(530,622,286)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais:		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	537,939	662,511
Devedores por outras operações	2,024,881	(4,253,499)
Ativos por impostos	1,760,929	11,505,468
Outros ativos	(2,102)	4,646
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro direto e resseguro	(2,297,524)	279,341
Credores por outras operações	1,430,106	(566,733)
Passivos por impostos	(2,750,805)	1,740,251
Incentivos de longo prazo	565	-
Outros passivos	103,564	(132,287)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>402,022,817</b>	<b>(502,901,662)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(279,769,823)	265,261,933
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	(96,771,474)	2,230,504
Variação nos empréstimos e contas a receber	102,062,495	330,764,978
Constituição de companhias filiais	-	-
Alienação de investimentos em filiais	-	-
Alienação de carteiras de seguros vida e não vida	-	-
Aquisições de outros ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(527,914)	(566,478)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(275,006,716)</b>	<b>597,690,936</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias	-	(24,005,023)
Reembolso do empréstimo subordinado	-	-
Pagamento de dividendos por Resultados Líquidos e Resultados Transitados	(45,000,000)	(3,941,285)
Distribuição de reservas	(34,000,000)	-
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(79,000,000)</b>	<b>(27,946,308)</b>
<b>Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>48,016,101</b>	<b>66,842,967</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	165,149,997	98,307,030
Caixa e seus equivalentes no fim do período	213,166,098	165,149,997

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2018, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subseqüentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.14.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

## 2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

A Companhia aplica a isenção prevista na IAS 28 e prepara apenas demonstrações financeiras separadas, pelo que estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

## 2.3. Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente imputados à transação são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da Bloomberg.

No caso dos valores mobiliários serem cotados em mais do que uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado onde o título foi adquirido para a carteira, sujeito a alteração em caso deste apresentar reduzida liquidez, frequência ou regularidade de transações.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, definiu-se um conjunto de critérios com base nos quais se elege o contribuidor que se considera ter um preço credível e adequado para a valorização e que divulgue preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “*discounted cash-flows*”).

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

O justo valor dos derivados que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados;

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de relato encontram-se classificados nesta categoria.

- Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 (“*fair value option*”). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 2.3.d) e 13. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adoção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

Existem ainda saldos resultantes de operações de seguro direto e resseguro, os quais são apresentados na demonstração da posição financeiras na rubrica “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como ativos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos diretamente na conta de ganhos e perdas.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda) e o respetivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e registados na rubrica “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica “Rendimentos – Outros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente imputáveis à transação (custos incrementais diretamente atribuíveis aos passivos financeiros).

A rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit-linked*) são mensurados ao justo valor e registados na rubrica “Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”. As variações no justo valor são refletidas em “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando estes são cancelados ou extintos.

c) Reclassificação de ativos financeiros

A Norma IAS 39 permite que sejam efetuadas as seguintes reclassificações entre as categorias de ativos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, ativos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados), para ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber, ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que obedeçam às características da IAS 39 para a categoria respetiva.
- (ii) Ativos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Caso a Companhia venda ou reclassifique um valor significativo de ativos financeiros detidos até à maturidade antes do seu vencimento durante o ano financeiro, ou durante os dois anos financeiros anteriores, a Companhia terá que reclassificar os ativos financeiros remanescentes classificados como “detidos até à maturidade” para a categoria de disponíveis para venda. Caso isto se verifique, a Companhia não poderá classificar ativos na categoria de detidos até à maturidade durante os dois anos financeiros subsequentes à reclassificação.

d) Outros passivos financeiros

O acionista único concedeu à Companhia em outubro de 2008 prestações acessórias não remuneradas, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns

fundos *unit-linked* sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao acionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituídas sejam liquidados pelos respetivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-se em uma ou mais vezes (Nota 13). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso será efetuado nos termos anteriormente mencionados.

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os ativos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respetiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser considerados para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os ativos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia não efetuou quaisquer operações de reporte e de empréstimo de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

f) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade anteriormente referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objetivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida da reserva de justo valor e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em investimentos em instrumentos de dívida podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a investimentos em instrumentos de capital próprio não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

g) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível a todo o momento de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Seguradora, ou da contraparte.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

## 2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

## 2.6. Provisões técnicas

### 2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito do atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta

provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariez por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricionação do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos, líquidos de resseguro”, da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

Relativamente às responsabilidades associadas a contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados, ver nota 2.3. b).

## 2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

### Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

### Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

### 2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilmente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

### 2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “*equity settled share-based payment transactions*”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

2.16. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.17. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.18. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.19. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.20. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.21. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

#### *Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3.a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos (Nota 6). A valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

#### *Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros*

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. f). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

#### *Determinação das responsabilidades por contratos de seguro*

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2017, das responsabilidades a que se encontra obrigada (Nota 11).

#### *Resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro (Nota 11).

#### *Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.22. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2017:

1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

- a) **IAS 7** (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IAS 12** (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. Esta alteração não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A aplicação da Emenda à IFRS 4, "Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4", a qual produzirá efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, tendo por base a intenção comunicada pela ASF de emitir uma Norma Regulamentar no início de 2018, permitirá que uma seguradora que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. Contudo a Companhia adotou a IFRS 9 em 1 de janeiro em 2018. Ver impactos de adoção na Nota 33.
- b) **IFRS 15** (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- a) **IFRS 16** (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Ver comentários acima no parágrafo relativo à IFRS 9.
- c) **Alterações à IFRS 15**, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

3.1 – **Normas**

- a) **Melhorias às normas 2014 – 2016** (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IAS 40** (alteração) ‘Transferência de propriedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- c) **IFRS 2** (alteração), ‘Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (“cash-settled”) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (“Cash-settled”) para liquidado com capital próprio (“equity-settled”). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (“equity-settled”), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- d) **IFRS 9** (alteração), ‘Elementos de pré-pagamento com compensação negativa’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de ser classificado ao justo valor através de resultados. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- e) **IAS 28** (alteração), ‘Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) **Melhorias às normas 2015 – 2017** (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura destas melhorias tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- g) **IFRS 17** (nova), ‘Contratos de seguro’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (“building block approach”) ou simplificado (“premium allocation approach”). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### 3.2 – Interpretações

- a) **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta interpretação tenha impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera nos ramos vida e não vida, contudo nos exercícios de 2017 e 2016 apenas comercializou seguros do ramo vida. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2017 e 2016, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2017			
	Ramo Vida		Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Contratos de investimento		
Prémios brutos emitidos	210,954,789	-	-	210,954,789
Prémios de resseguro cedido	(79,982,409)	-	-	(79,982,409)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	237,144	-	-	237,144
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(242,633)	-	-	(242,633)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	24,556,059	-	24,556,059
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(22,256,209)	-	-	(22,256,209)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(408,123)	-	-	(408,123)
Outras provisões técnicas (variação)	(110,111,720)	-	-	(110,111,720)
Remunerações de mediação (comissões)	(29,361,634)	(18,523,026)	-	(47,884,660)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira	-	-	-	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	28,199,937	-	-	28,199,937
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3,265,137)	(2,143,016)	-	(5,408,153)
Resultados dos investimentos	6,887,432	(1,570,247)	3,079,362	8,396,547
Outros rendimentos / gastos técnicos	(142,741)	-	-	(142,741)
Outros custos e proveitos	-	-	20,167	20,167
Resultado antes de impostos	508,695	2,319,769	3,099,529	5,927,993
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	(827,513)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	5,100,480
Ativo Total	457,718,080	2,472,587,137	124,002,792	3,054,308,009
Passivo Total	424,897,980	2,469,888,799	69,889,199	2,964,675,978

	2016			
	Ramo Vida		Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Contratos de investimento		
Prémios brutos emitidos	120,895,601	-	-	120,895,601
Prémios de resseguro cedido	(84,183,499)	-	-	(84,183,499)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	194,177	-	-	194,177
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(207,616)	-	-	(207,616)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	26,816,876	-	26,816,876
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(23,559,057)	-	-	(23,559,057)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(535,649)	-	-	(535,649)
Outras provisões técnicas (variação)	(17,199,852)	-	-	(17,199,852)
Remunerações de mediação (comissões)	(30,352,466)	(20,178,883)	-	(50,531,349)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	29,718,333	-	-	29,718,333
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3,873,326)	(2,237,436)	-	(6,110,763)
Resultados dos investimentos	6,776,540	691,874	12,713,768	20,182,183
Outros rendimentos / gastos técnicos	(156,900)	-	-	(156,900)
Outros custos e proveitos	-	-	(276,334)	(276,334)
Resultado antes de impostos	(2,483,714)	5,092,431	12,437,434	15,046,151
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	(3,172,919)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	11,873,232
Ativo Total	342,558,639	2,178,198,572	184,325,978	2,705,083,188
Passivo Total	312,010,707	2,175,358,147	54,508,602	2,541,877,456

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Caixa e seus equivalentes	250	250
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander	213,165,848	165,149,747
	<u>213,166,098</u>	<u>165,149,997</u>

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BB+ de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: Fitch Ratings, Standard & Poors e Moody's.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição, detendo a Companhia apenas empreendimentos conjuntos:

	<b>Participação efetiva (%)</b>	<b>Valor de balanço</b>
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	<u>6,076,000</u>
		<u>14,308,000</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 35).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (“*Earn Out*”) a receber pela Companhia a partir de 31 de Dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “Alliance and Shareholders’s agreement”, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2017				2016		
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	49.00%	91,632,860	66,665,303	24,967,557	6,239,238	87,715,963	63,782,052	23,933,911
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.00%	21,303,984	7,408,469	13,895,516	(87,334)	18,657,099	4,768,526	13,888,574

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2017 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2016, que apresentava valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, tendo em conta o cumprimento durante 2017 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
<b><u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u></b>		
Instrumentos financeiros derivados	8,709,172	1,162,102
	<u>8,709,172</u>	<u>1,162,102</u>
<b><u>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	10,450,492	61,569,051
Instrumentos de capital e unidades de participação	215,629,010	26,190,678
Títulos de dívida	1,749,610,705	1,493,504,442
Depósitos a prazo	255,841,469	364,609,634
	<u>2,231,531,676</u>	<u>1,945,873,805</u>
Não afetos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	4,025,457	4,036,134
Instrumentos de capital e unidades de participação	572,710	2,402,029
Títulos de dívida	50,208,578	31,657,501
	<u>54,806,745</u>	<u>38,095,664</u>
	<u>2,286,338,421</u>	<u>1,983,969,469</u>
<b><u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u></b>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	562,740	578,750
Títulos de dívida	402,273,557	305,060,904
	<u>402,836,297</u>	<u>305,639,654</u>
<b><u>Empréstimos concedidos e contas a receber:</u></b>		
Outros depósitos	82,253,443	184,161,206
Empréstimos concedidos	1,911,881	2,003,674
Outros	1,263,141	1,326,081
	<u>85,428,465</u>	<u>187,490,961</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2017	2016
<b>Outros depósitos</b>		
Até um mês	6,065,681	66,484
De um a três meses	10,751,589	67,614,745
De três a seis meses	21,014,584	17,742,042
De seis meses a um ano	3,000,000	30,635,080
De um a dois anos	-	25,478,266
Mais de dois anos	41,421,589	42,624,589
	<u>82,253,443</u>	<u>184,161,206</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo dizem respeito na sua totalidade a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Empréstimos concedidos” corresponde aos montantes de 1.911.881 euros e 2.003.674 euros, respetivamente, que respeitam a contratos de *swap* que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 31). Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2017				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	34,762,428	13,257,753	130,838,078	34,307,838	213,166,098
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	8,709,172	-	8,709,172
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2,231,531,676	54,806,745	2,286,338,421
Ativos financeiros disponíveis para venda	381,046,237	-	21,790,060	-	402,836,297
Empréstimos concedidos e contas a receber	3,798,434	1,911,881	79,718,151	-	85,428,465
	<u>419,607,099</u>	<u>15,169,634</u>	<u>2,472,587,137</u>	<u>104,339,742</u>	<u>3,011,703,613</u>
	2016				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9,080,276	19,182,299	30,011,437	106,875,985	165,149,997
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	1,162,102	-	1,162,102
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	1,945,873,806	38,095,663	1,983,969,469
Ativos financeiros disponíveis para venda	259,056,789	25,692,552	20,890,313	-	305,639,654
Empréstimos concedidos e contas a receber	5,226,368	2,003,674	180,260,920	-	187,490,961
	<u>273,363,432</u>	<u>46,878,525</u>	<u>2,178,198,577</u>	<u>160,241,367</u>	<u>2,658,681,901</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeirosRisco de créditoQualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2017				2016			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	-	-	-	-	106,117	-	106,117
AA- até AA+	-	5,719,760	1,952,100	7,671,860	-	4,279,680	-	4,279,680
A- até A+	4,025,457	45,197,129	17,692,822	66,915,408	-	72,152,674	9,874,583	82,027,257
BBB- até BBB+	980,245,474	482,724,935	16,624,531	1,479,594,940	81,893,274	477,488,210	5,737,844	565,119,328
BB- até BB+	-	135,506,765	-	135,506,765	668,077,115	135,553,913	1,465,699	805,096,727
B- até B+	-	425,750	50,208,578	50,634,328	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	41,708,598	-	41,708,598	-	45,191,850	31,657,500	76,849,350
Sem rating	32,263,332	-	-	32,263,332	28,420,317	-	-	28,420,317
	1,016,534,263	711,282,937	86,478,031	1,814,295,231	778,390,706	734,772,444	48,735,626	1,561,898,776
Ativos financeiros disponíveis para venda								
AAA	-	4,868,201	-	4,868,201	-	5,014,361	-	5,014,361
AA- até AA+	-	49,025,812	-	49,025,812	-	48,876,592	-	48,876,592
A- até A+	-	-	-	-	-	2,935,042	-	2,935,042
BBB- até BBB+	57,051,474	291,890,810	-	348,942,284	-	192,813,971	5,852,915	198,666,886
BB- até BB+	-	-	-	-	50,146,772	-	-	50,146,772
B- até B+	-	-	-	-	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	-	-	-	-	-	-	-
	57,051,474	345,784,823	-	402,836,297	50,146,772	249,639,967	5,852,915	305,639,654
Total do valor de balanço	1,073,585,737	1,057,067,760	86,478,031	2,217,131,528	828,537,478	984,412,411	54,588,541	1,867,538,430

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia detinha um conjunto de investimentos em obrigações emitidas pela "Portugal Telecom International Finance B.V.", com vencimentos entre 2016 e 2020, cujo garante é atualmente a "OI S.A.", registadas na rubrica ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e afetas a contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro.

O detalhe destes investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são apresentados no quadro seguinte:

ISIN	Descrição	Prazo de Vencimento	31-12-2017				31-12-2016					
			Custo de aquisição	Rating	Cotação	Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial	Custo de aquisição	Rating	Cotação	Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial
XS0215828913	OIBRBZ 4.375% 03/17	24-03-2017	-	-	-	-	-	27,636,353	CCC	30.500%	10,578,010	(17,058,343)
XS0843939918	OIBRBZ 5.875% 04/18	17-04-2018	22,721,770	D	40.070%	8,802,978	(13,918,792)	24,430,406	CCC	30.500%	7,205,320	(17,225,086)
XS0462994343	OIBRBZ 5% 4/11/19	04-11-2019	50,154,239	D	40.070%	25,611,943	(24,542,296)	53,768,557	CCC	30.500%	20,895,550	(32,873,007)
XS0927581842	OIBRBZ 4.625% 8/5/20	08-05-2020	18,797,029	D	39.560%	7,293,677	(11,503,352)	21,717,977	CCC	30.500%	6,512,970	(15,205,007)
			91,673,038			41,708,598	(49,964,440)	127,553,293			45,191,850	(82,361,443)

Evolução subsequente:

Após vários adiamentos, a assembleia geral de credores do processo de recuperação judicial do Grupo Oi realizou-se no dia 19 de Dezembro de 2017, tendo culminado com a aprovação por parte dos credores da consolidação substantiva do processo e do plano de recuperação judicial do Grupo Oi. No dia 8 de Janeiro de 2018, o Tribunal decidiu homologar o plano de recuperação judicial, tendo esta decisão sido publicada no dia 5 de Fevereiro de 2018.

Tendo em conta a aprovação e homologação do plano e com o objetivo de minimizar as perdas financeiras dos Clientes subscritores de produtos cujo vencimento estava previsto para este ano (2018), as obrigações PTIF subjacentes a esses produtos foram alienadas em mercado no dia 5 de Fevereiro de 2018. Quanto aos restantes produtos, as obrigações PTIF foram mantidas em carteira. Espera-se que antes do vencimento destes últimos produtos o Grupo Oi consiga implementar o disposto no plano de recuperação, nomeadamente procedendo à emissão dos novos instrumentos financeiros a entregar aos credores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Companhia não garante nem o capital investido nem qualquer tipo de remuneração mínima relativamente aos produtos *unit-linked* acima descritos, sendo o correspondente risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a “Standard & Poor’s” e “Moody’s” ou equivalente:

	2017			2016		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
BBB- até BBB+	84,165,324	-	84,165,324	-	-	-
B- até B+	-	-	-	186,164,879	-	186,164,879
Sem rating	1,263,141	-	1,263,141	1,326,081	-	1,326,081
	<u>85,428,465</u>	<u>-</u>	<u>85,428,465</u>	<u>187,490,961</u>	<u>-</u>	<u>187,490,961</u>

Análise de imparidade

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não detinha ativos financeiros em incumprimento nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as maturidades contratuais não descontados remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	213,166,098	-	-	-	213,166,098
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	532,573	8,176,599	8,709,172
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	528,559,322	621,329,528	547,991,572	588,457,998	2,286,338,421
Ativos financeiros disponíveis para venda	20,713,820	81,806,314	71,994,533	228,321,629	402,836,297
Empréstimos concedidos e contas a receber	42,094,995	36,948,155	4,473,434	1,911,881	85,428,465
Contas a receber por operações de seguro direto	5,835,008	-	-	-	5,835,008
Contas a receber por operações de resseguro	58	-	-	-	58
Contas a receber por outras operações	11,158,086	-	-	-	11,158,086
	<u>821,527,388</u>	<u>740,083,998</u>	<u>624,992,112</u>	<u>841,176,108</u>	<u>3,027,779,606</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(883,262,158)	(685,134,668)	(366,097,463)	(496,304,041)	(2,430,798,331)
Valorizados ao custo amortizado	(1,977,607)	(3,561,824)	(3,441,586)	(12,072,180)	(21,053,198)
	<u>(885,239,765)</u>	<u>(688,696,492)</u>	<u>(369,539,049)</u>	<u>(508,376,222)</u>	<u>(2,451,851,528)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(80,320)	-	-	-	(80,320)
Outros	(60,864,266)	-	(844,338)	(8,607,077)	(70,315,682)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10,549,570)	-	-	-	(10,549,570)
Contas a pagar por operações de resseguro	(6,460,887)	-	-	-	(6,460,887)
Contas a pagar por outras operações	(4,171,187)	-	-	-	(4,171,187)
	<u>(967,365,996)</u>	<u>(688,696,492)</u>	<u>(370,383,387)</u>	<u>(516,983,299)</u>	<u>(2,543,429,175)</u>
	<u>(145,838,608)</u>	<u>51,387,506</u>	<u>254,608,724</u>	<u>324,192,809</u>	<u>484,350,431</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	165,149,997	-	-	-	165,149,997
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1,162,102	1,162,102
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	282,181,098	602,802,284	683,417,954	415,568,133	1,983,969,469
Ativos financeiros disponíveis para venda	50,039,497	75,756,781	48,535,307	131,308,068	305,639,654
Empréstimos concedidos e contas a receber	117,384,439	25,478,266	38,898,240	5,730,016	187,490,961
Contas a receber por operações de seguro direto	6,270,136	-	-	-	6,270,136
Contas a receber por operações de resseguro	102,869	-	-	-	102,869
Contas a receber por outras operações	13,182,968	-	-	-	13,182,968
	634,311,005	704,037,330	770,851,502	568,076,319	2,677,276,155
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(489,104,729)	(637,913,935)	(702,281,433)	(318,802,778)	(2,148,102,875)
Valorizados ao custo amortizado	(1,695,241)	(3,263,389)	(2,944,594)	(11,242,150)	(19,145,374)
	(490,799,970)	(641,177,324)	(705,226,027)	(330,044,927)	(2,167,248,250)
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(214,145)	-	-	-	(214,145)
Outros	(39,811,045)	-	-	(358,437)	(40,169,482)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(12,491,838)	-	-	-	(12,491,838)
Contas a pagar por operações de resseguro	(6,682,318)	-	-	-	(6,682,318)
Contas a pagar por outras operações	(2,741,082)	-	-	-	(2,741,082)
	(552,740,399)	(641,177,324)	(705,226,027)	(330,403,365)	(2,229,547,115)
	81,570,606	62,860,006	65,625,474	237,672,954	447,729,040

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efetiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 13), nos montantes de 50.559.585 euros e 32.059.585 euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respetivamente, e incluídas na rubrica "Outros passivos financeiros - Outros" são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 2.3. d).

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 "basis points", apresenta a seguinte composição:

	2017		2016	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	(96,922)	96,922	78,052	(78,052)

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

**Risco de Crédito**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados. É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

## Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2017										
	Saldo em 31-12-2016			Aquisições	Alienações			Depreciações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2017		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor bruto		Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento											
Equipamento administrativo	362,369	(358,588)	3,781	-	-	-	(1,351)	362,369	(359,938)	2,431	
Equipamento informático	1,655,999	(1,647,031)	8,968	3,503	-	-	(7,976)	1,659,501	(1,655,008)	4,494	
Material de transporte	269,590	(123,686)	145,904	31,375	-	-	(62,867)	300,965	(186,553)	114,412	
Outros ativos tangíveis	177,900	(177,900)	-	-	-	-	-	177,900	(177,900)	-	
	<u>2,465,857</u>	<u>(2,307,204)</u>	<u>158,653</u>	<u>34,878</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(72,194)</u>	<u>2,500,735</u>	<u>(2,379,399)</u>	<u>121,336</u>	

	2016										
	Saldo em 31-12-2015			Aquisições	Alienações			Depreciações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2016		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor bruto		Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido	
Equipamento											
Equipamento administrativo	362,369	(357,237)	5,132	-	-	-	(1,351)	362,369	(358,588)	3,781	
Equipamento informático	1,653,532	(1,638,682)	14,850	2,466	-	-	(8,349)	1,655,999	(1,647,031)	8,968	
Material de transporte	233,549	(132,566)	100,984	91,991	(55,951)	55,951	(47,071)	269,590	(123,686)	145,904	
Outros ativos tangíveis	177,900	(177,900)	-	-	-	-	-	177,900	(177,900)	-	
	<u>2,427,350</u>	<u>(2,306,384)</u>	<u>120,966</u>	<u>94,458</u>	<u>(55,951)</u>	<u>55,951</u>	<u>(56,771)</u>	<u>2,465,857</u>	<u>(2,307,204)</u>	<u>158,653</u>	

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2017								
	Saldo em 31-12-2016			Aquisições	Transferências entre ativos intangíveis	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2017		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	7,319,866	(6,516,800)	803,066	341,270	-	(500,279)	7,661,136	(7,017,079)	644,057
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	-	-	-	151,767	-	-	151,767	-	151,767
	<u>7,427,543</u>	<u>(6,624,476)</u>	<u>803,066</u>	<u>493,037</u>	<u>-</u>	<u>(500,279)</u>	<u>7,920,579</u>	<u>(7,124,755)</u>	<u>795,824</u>

	2016								
	Saldo em 31-12-2015			Aquisições	Transferências entre ativos intangíveis	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2016		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	6,838,067	(5,170,658)	1,667,408	481,799	-	(1,346,141)	7,319,866	(6,516,800)	803,066
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	9,779	-	9,779	283,513	(293,292)	-	-	-	-
	<u>6,955,522</u>	<u>(5,278,335)</u>	<u>1,677,187</u>	<u>765,312</u>	<u>(293,292)</u>	<u>(1,346,141)</u>	<u>7,427,543</u>	<u>(6,624,476)</u>	<u>803,066</u>

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Prémios em cobrança	5,739,259	6,174,405
Mediadores	126,257	126,240
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	(30,509)	(30,509)
	<u>5,835,008</u>	<u>6,270,136</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>	<u>58</u>	<u>102,869</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	5,099,322	4,108,250
Outros	6,058,765	9,074,717
	<u>11,158,086</u>	<u>13,182,968</u>
	<u>16,993,153</u>	<u>19,555,973</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros” incluía 6.000.000 euros e 9.000.000 euros, respetivamente, pendentes de receber da Aegon Spain Holding B.V. correspondentes a parte do preço dos 51% do capital social das participadas Aegon Vida e da Aegon Não Vida alienados pela Companhia (Nota 5).

O montante de “Comissão de gestão a receber de produtos *unit-linked*” é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos *unit-link* para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rúbricas, à data de relato.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b><u>Ativo</u></b>		
<u>Gastos diferidos</u>		
Seguros	16,307	14,205
	<u>16,307</u>	<u>14,205</u>
	<b><u>16,307</u></b>	<b><u>14,205</u></b>
<b><u>Passivo</u></b>		
<u>Acréscimos de gastos</u>		
Prémios de desempenho a pagar	624,840	545,853
Férias e subsídio de férias	195,346	212,149
Comissões	496,652	177,416
Prémio de Permanência	189,018	194,515
Comissões pela prestação de colaterais	97,696	97,696
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	288,415	213,578
- Fornecimentos e serviços externos	195,139	320,140
- Contratos de manutenção informática	125,835	162,690
- Diversos	159,592	163,147
	<u>2,372,531</u>	<u>2,087,183</u>
<u>Rendimentos diferidos</u>		
Comissões recebidas	467,508	480,064
Outros	100,839	270,066
	<u>568,346</u>	<u>750,130</u>
	<b><u>2,940,878</u></b>	<b><u>2,837,314</u></b>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões” inclui os montantes de 436.362 euros e 122.160 euros, respetivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do Grupo pela gestão dos ativos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontravam-se por pagar as comissões referentes aos meses de dezembro de 2017 e de 2016, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Prémio de permanência”, corresponde integralmente à avaliação das responsabilidades associadas, tendo por base um estudo atuarial elaborado por uma entidade externa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Comissões pela prestação de colaterais” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 26), sendo paga trimestralmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
<b><u>Seguro Direto</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	352,826,145	241,957,877
Mistos	3,006,916	3,560,770
Vida risco	542,220	1,275,514
Universal life	1,909,570	1,881,919
Rendas	1,792,266	1,852,983
	<u>360,077,117</u>	<u>250,529,062</u>
Provisão para prémios não adquiridos	<u>3,467,746</u>	<u>3,704,890</u>
Provisão para participação nos resultados atribuída	<u>420,943</u>	<u>555,297</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>21,667,944</u>	<u>20,588,257</u>
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	21,034,651	19,432,609
Sinistros não declarados (IBNR)	5,311,368	5,479,326
Custos de gestão de sinistros	517,042	443,492
	<u>26,863,062</u>	<u>25,355,426</u>
	<u>412,496,811</u>	<u>300,732,933</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b><u>Resseguro cedido</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática	445,895	1,128,013
Provisão para prémios não adquiridos	3,431,159	3,673,793
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	19,064,293	17,514,870
	<u>22,941,347</u>	<u>22,316,676</u>
	<u>22,941,347</u>	<u>22,316,676</u>

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (i) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (ii) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (iii) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeram como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 têm a seguinte composição:

	2017	2016
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(79,073,749)	(83,690,116)
Encargos de gestão	2,069,601	2,182,076
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	<u>(77,004,148)</u>	<u>(81,508,040)</u>
Variação da provisão matemática de resseguro cedido	(379,852)	(1,362,663)
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(227,552)	(209,221)
Custos com sinistros de resseguro cedido	18,735,987	18,087,805
Comissões de resseguro cedido	27,284,552	28,605,791
	<u>(31,591,013)</u>	<u>(36,386,329)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon. Este depósito será progressivamente mobilizável ao longo dos próximos anos, sendo que em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ascendia a 67.831.096 euros.

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro direto e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017			
	Saldo em 31-12-2016	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2017
<b>Seguro direto</b>				
Provisão matemática	250,529,062	109,511,171	36,883	360,077,117
Provisão para prémios não adquiridos	3,704,890	(237,144)	-	3,467,746
Provisão para participação nos resultados a atribuir	20,588,257	1,079,687	-	21,667,944
<b>Provisão para participação nos resultados atribuída</b>				
De contratos de seguro	505,885	270,575	(505,594)	270,866
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	49,412	137,548	(36,883)	150,077
	555,297	408,123	(542,477)	420,943
	<u>275,377,506</u>	<u>110,761,837</u>	<u>(505,594)</u>	<u>385,633,749</u>
<b>Resseguro cedido</b>				
Provisão matemática	(1,128,013)	682,119	-	(445,895)
Provisão para prémios não adquiridos	(3,673,793)	242,633	-	(3,431,159)
<b>Provisão para participação nos resultados atribuída</b>				
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	-
	(4,801,806)	924,752	-	(3,877,054)
	<u>270,575,700</u>	<u>111,686,589</u>	<u>(505,594)</u>	<u>381,756,695</u>
	2016			
	Saldo em 31-12-2015	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2016
<b>Seguro direto</b>				
Provisão matemática	235,419,642	15,080,203	29,217	250,529,062
Provisão para prémios não adquiridos	3,899,067	(194,177)	-	3,704,890
Provisão para participação nos resultados a atribuir	21,904,788	(1,316,531)	-	20,588,257
<b>Provisão para participação nos resultados atribuída</b>				
De contratos de seguro	502,486	494,080	(490,681)	505,885
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	37,060	41,569	(29,217)	49,412
	539,546	535,649	(519,898)	555,297
	<u>261,763,043</u>	<u>14,105,144</u>	<u>(490,681)</u>	<u>275,377,506</u>
<b>Resseguro cedido</b>				
Provisão matemática	(3,540,452)	2,412,439	-	(1,128,013)
Provisão para prémios não adquiridos	(3,881,408)	207,616	-	(3,673,793)
<b>Provisão para participação nos resultados atribuída</b>				
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	-	-	-	-
	(7,421,861)	2,620,055	-	(4,801,806)
	<u>254,341,183</u>	<u>16,725,199</u>	<u>(490,681)</u>	<u>270,575,700</u>

O aumento das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2017 foi de 1.079.687 euros, dos quais 1.159.030 euros resultam do aumento da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 18) e 79.343 euros resultam da especialização de menos-valias realizadas diferidas em balanço.

A diminuição das responsabilidades reconhecidas na provisão para participação nos resultados a atribuir no exercício de 2016 foi de 1.316.531 euros, dos quais 1.236.970 euros resultam da diminuição da parte estimada dos tomadores de seguro nas valias potenciais líquidas associadas aos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda (Nota 18) e 79.561 euros resultam da especialização de mais-valias realizadas diferidas em balanço.

A distribuição da participação nos resultados de contratos de seguro nos exercícios de 2017 e 2016, nos montantes de 505.594 euros e 490.681 euros, respetivamente, foi integralmente paga em numerário. A distribuição da participação nos resultados de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados nos exercícios de 2017 e 2016, nos montantes de 36.883 euros e 29.217 euros, respetivamente, foi integralmente distribuída por incorporação na provisão matemática.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prêmios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2017			31-12-2016		
	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Total	Prêmios diferidos	Custos diferidos	Total
Seguro direto						
Provisão matemática						
De seguros de vida	360,153,644	(76,528)	360,077,117	250,763,466	(234,404)	250,529,062
Provisão para prêmios não adquiridos						
De seguros de vida	3,467,746	-	3,467,746	3,704,890	-	3,704,890
	<u>363,621,390</u>	<u>(76,528)</u>	<u>363,544,863</u>	<u>254,468,356</u>	<u>(234,404)</u>	<u>254,233,952</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2017				31-12-2016			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	20,253,430	5,311,368	503,954	26,068,752	18,999,539	5,479,326	439,733	24,918,597
Capitais diferidos	743,060	-	12,135	755,195	356,605	-	1,989	358,593
Mistos	34,722	-	867	35,589	36,509	-	845	37,354
Universal Life	-	-	-	-	2,424	-	56	2,480
Rendas	3,440	-	86	3,526	37,532	-	869	38,401
	<u>21,034,651</u>	<u>5,311,368</u>	<u>517,042</u>	<u>26,863,062</u>	<u>19,432,609</u>	<u>5,479,326</u>	<u>443,492</u>	<u>25,355,426</u>
De seguros não vida								
	<u>21,034,651</u>	<u>5,311,368</u>	<u>517,042</u>	<u>26,863,062</u>	<u>19,432,609</u>	<u>5,479,326</u>	<u>443,492</u>	<u>25,355,426</u>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(19,064,293)			(19,064,293)	(17,514,870)	-	-	(17,514,870)
	<u>(19,064,293)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19,064,293)</u>	<u>(17,514,870)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17,514,870)</u>
	<u>1,970,358</u>	<u>5,311,368</u>	<u>517,042</u>	<u>7,798,769</u>	<u>1,917,739</u>	<u>5,479,326</u>	<u>443,492</u>	<u>7,840,556</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2017 e 2016 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2017			
	Provisão para sinistros em 31-12-2016	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2017 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>25,355,426</u>	<u>10,138,866</u>	<u>9,136,623</u>	<u>(6,079,938)</u>

(\*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

	2016			
	Provisão para sinistros em 31-12-2015	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2016 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>28,871,035</u>	<u>11,604,122</u>	<u>9,952,174</u>	<u>(7,314,739)</u>

(\*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2017 e 2016, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2017				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	20,195,510	(18,847,376)	1,115,269	(1,549,423)	913,980
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	20,949,862	-	392,367	-	21,342,229
<b>Total</b>	<b>41,145,372</b>	<b>(18,847,376)</b>	<b>1,507,636</b>	<b>(1,549,423)</b>	<b>22,256,209</b>

	2016				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	22,500,260	(20,842,571)	(3,363,634)	3,511,086	1,805,141
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	21,900,098	-	(146,182)	-	21,753,916
<b>Total</b>	<b>44,400,358</b>	<b>(20,842,571)</b>	<b>(3,509,815)</b>	<b>3,511,086</b>	<b>23,559,057</b>

#### Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

#### Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	2017		2016	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
<b>Capital seguro</b>				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	7,351,067,877	7,192,459,910	8,392,547,229	8,219,529,434
Coletivos	1,008,306,150	504,786,373	1,007,734,049	510,151,886
Plano Proteção	2,314,964,424	2,304,286,307	2,554,271,397	2,541,806,280
Crédito ao Consumo	251,600,030	12,168,356	333,164,458	32,990,623
Outros	47,078,268	26,434,245	56,200,727	26,355,749
	<u>10,973,016,749</u>	<u>10,040,135,190</u>	<u>12,343,917,860</u>	<u>11,330,833,972</u>

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com seis: Abbey Life, Genworth, General Cologne Re, Munich Re, RGA Re e AXA Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2017 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
Gen Re	AA+
Genworth	A-
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarificação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	24.59%	21.13%	26.19%	19.89%	20.18%	20.44%	17.87%	20.31%	19.09%	21.06%
Rácio de despesas de aquisição	33.53%	33.91%	34.57%	26.68%	39.99%	36.77%	46.75%	49.25%	54.90%	59.68%
Rácio combinado	58.13%	55.04%	60.76%	46.57%	60.17%	57.21%	64.62%	69.56%	73.98%	80.74%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017					Montante gerido em 31-12-2017
	Montante gerido em 31-12-2016	Montantes		Reclassificações	Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento						
Valorizados ao justo valor						
Excluindo PPR	1,998,395,617	562,233,500	(384,650,986)	-	101,978,982	2,277,957,114
PPR	149,707,258	8,901,331	(8,195,821)	-	2,428,449	152,841,217
	<u>2,148,102,875</u>	<u>571,134,830</u>	<u>(392,846,806)</u>	-	<u>104,407,431</u>	<u>2,430,798,331</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Excluindo PPR	19,145,374	3,750,200	(2,015,412)	-	173,035	21,053,198
PPR	-	-	-	-	-	-
	<u>19,145,374</u>	<u>3,750,200</u>	<u>(2,015,412)</u>	-	<u>173,035</u>	<u>21,053,198</u>
	<u>2,167,248,250</u>	<u>574,885,030</u>	<u>(394,862,218)</u>	-	<u>104,580,467</u>	<u>2,451,851,528</u>
	2016					Montante gerido em 31-12-2016
	Montante gerido em 31-12-2015	Montantes		Reclassificações	Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento						
Valorizados ao justo valor						
Excluindo PPR	2,523,191,028	302,288,276	(819,879,034)	-	(7,204,653)	1,998,395,617
PPR	142,490,346	5,777,102	(12,856,397)	11,122,307	3,173,900	149,707,258
	<u>2,665,681,374</u>	<u>308,065,378</u>	<u>(832,735,431)</u>	<u>11,122,307</u>	<u>(4,030,752)</u>	<u>2,148,102,875</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Excluindo PPR	20,844,122	1,939,647	(2,139,338)	-	(1,499,056)	19,145,374
PPR	11,345,039	-	(415,589)	(11,122,307)	192,857	-
	<u>32,189,161</u>	<u>1,939,647</u>	<u>(2,554,928)</u>	<u>(11,122,307)</u>	<u>(1,306,199)</u>	<u>19,145,374</u>
	<u>2,697,870,535</u>	<u>310,005,024</u>	<u>(835,290,358)</u>	-	<u>(5,336,952)</u>	<u>2,167,248,250</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2017 e 2016 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked* (Nota 2.3.b)). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2017	2016
Passivos subordinados		
Depósitos recebidos de resseguradores	80,320	214,145
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias	50,197,500	31,657,500
Prestações acessórias – Pendentes de liquidação	402,085	402,085
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i> )	5,095,461	5,194,874
Descobertos em depósitos à ordem (produtos <i>unit-linked</i> )	163,894	2,317,988
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i> )	9,453,485	594,819
Outros	5,003,257	2,217
	<u>70,315,682</u>	<u>40,169,482</u>
	<u>70,396,002</u>	<u>40,383,627</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)Prestações acessórias

A Companhia deteve até 2015 um conjunto de produtos *unit-linked* sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afetados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 2.3., a Companhia recebeu do acionista único 85.000.000 euros em prestações acessórias (que podiam ir até ao montante máximo de 100.000.000 euros). A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 euros na aquisição de três obrigações com cupões variáveis, CXGD Float 09/49, CXGD Float 06/49 e BPI Cap Fin Float 49. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um *swap* de taxa de juro em que pagou juro variável e recebeu fixo. Em junho de 2014, a Companhia trocou as obrigações do BPI Capital Finance por 12.175.325 ações do Banco BPI, S.A., tendo alienado ao Banco Santander Totta, S.A. os títulos recebidos pelo montante de 21.501.622 euros. Em 31 de dezembro de 2015, este montante em conjunto com o valor remanescente das prestações acessórias estava aplicado em depósitos cujo valor ascendia a 22.358.310 euros. O rendimento destes investimentos esteve até julho de 2015, a ser atribuído às carteiras dos produtos *unit-linked* particularmente afetados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

A Companhia reembolsará o acionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida em que não o seja, reembolsará o acionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações. Em maio de 2016, a Companhia procedeu ao reembolso parcial no valor de 22.010.024 euros, das prestações acessórias recebidas do acionista único.

A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 2.3.a) i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, *swaps*, depósitos e prestações acessórias ao justo valor através de ganhos e perdas.

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

	2017	2016
Prestações acessórias obtidas	85,000,000	85,000,000
Menos-valias nas obrigações	(12,792,476)	(31,332,476)
Prestações acessórias devolvidas	(22,010,024)	(22,010,024)
Prestações acessórias exigíveis	50,197,500	31,657,500
Prestações acessórias - Pendentes de liquidação	402,085	402,085
	<u>50,599,585</u>	<u>32,059,585</u>

A variação das prestações acessórias ocorridas em 2017 decorre da valorização das obrigações CXGD Float 09/49, que reataram o pagamento de cupões, tendo sido reconhecido em rendimentos de 2017 o valor de 1.081 milhares de euros conforme referido na alínea d) da Nota 2.3., as prestações acessórias não são remuneradas, pelo que os rendimentos gerados por estas obrigações são considerados proveitos da Santander Totta Seguros.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Títulos de dívida	50,197,500	31,657,500
Depósitos à ordem	402,085	402,085
	<u>50,599,585</u>	<u>32,059,585</u>

Os restantes 'Outros passivos financeiros', resultantes igualmente do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	10,016,857	11,962,961
Tomadores de seguro	532,713	528,878
	<u>10,549,570</u>	<u>12,491,838</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>6,460,887</u>	<u>6,682,318</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	3,504,645	2,156,951
Outros credores	214,343	411,486
Outros fornecedores	452,199	172,645
	<u>4,171,187</u>	<u>2,741,082</u>
	<u>21,181,645</u>	<u>21,915,238</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Comissões a pagar” refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2017 e ao 4º trimestre de 2016, respetivamente, as quais foram regularizadas em 2018 e em 2017.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

	2017	2016
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	369,112	-
	<u>369,112</u>	<u>-</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	(2,860,158)
Outros impostos a pagar	(1,627,979)	(1,518,626)
	<u>(1,627,979)</u>	<u>(4,378,784)</u>
<b>Total de impostos correntes</b>	<b><u>(1,258,867)</u></b>	<b><u>(4,378,784)</u></b>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>2,284,478</u>	<u>4,514,433</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b><u>2,284,478</u></b>	<b><u>4,514,433</u></b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	2017	2016
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Coleta	(221,604)	(2,321,614)
Derrama municipal e estadual	(113,289)	(523,665)
Tributações autônomas	(138,287)	(90,000)
Outros	126,300	-
Pagamentos por conta	715,992	75,121
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	<u>369,112</u>	<u>(2,860,158)</u>
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(1,133,455)	(1,043,190)
Outros impostos e taxas	(458,999)	(436,077)
Contribuições para a segurança social	(35,525)	(39,359)
	<u>(1,627,979)</u>	<u>(1,518,626)</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017				Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Reclassificação por outras rubricas de Balanço	Capital Próprio	Resultados	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>					
De ativos financeiros disponíveis para venda:					
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(202,413)		-	-	(202,413)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,030,598		-	8,120	1,038,718
Prejuízos fiscais reportáveis	3,686,048	(1,720,998)	-	(517,077)	1,447,973
Outros	200		-	-	200
	<u>4,514,433</u>		<u>-</u>	<u>(508,957)</u>	<u>2,284,478</u>
<u>Passivos por impostos diferidos - ADV - VIDA com participação</u>					
Varição RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-		(28,325)	28,325	-
	<u>4,514,433</u>		<u>(28,325)</u>	<u>(480,633)</u>	<u>2,284,478</u>

	2016			
	Saldo em 31-12-2015	Capital Próprio	Resultados	Saldo em 31-12-2016
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
De ativos financeiros disponíveis para venda:				
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(378,197)	175,784	-	(202,413)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,781,609	-	(751,011)	1,030,598
Prejuízos fiscais reportáveis	3,686,048	-	-	3,686,048
Outros	200	-	-	200
	<u>5,089,660</u>	<u>175,784</u>	<u>(751,011)</u>	<u>4,514,433</u>
<u>Passivos por impostos diferidos - ADV - VIDA com participação</u>				
Varição RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	29,429	(29,429)	-
	<u>5,089,660</u>	<u>205,213</u>	<u>(780,440)</u>	<u>4,514,433</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2017	2016
Impostos correntes	346,880	2,393,878
Impostos diferidos	480,633	779,041
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>827,513</u>	<u>3,172,919</u>
Resultado antes de impostos	<u>5,927,993</u>	<u>15,046,151</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>13.96%</u>	<u>21.09%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		5,927,993		15,046,151
Imposto apurado com base na taxa nominal	21.00%	1,244,879	25.00%	3,761,538
Derrama	4.50%	266,760	-	-
Isenção da derrama estadual até 1.500.000€	-0.76%	(45,000)	-	-
Utilização de prejuízos fiscais	-8.72%	(517,077)	0.33%	(48,960)
Tributações autónomas	2.33%	138,287	0.60%	90,000
Outras diferenças permanentes (essencialmente eliminação da dupla tributação)	-10.98%	(651,112)	1.15%	(172,900)
Outros	-2.13%	(126,300)	0.56%	84,642
Efeito da anulação do Ativo por Imposto Diferido	8.72%	517,077	-	-
Excesso estimativa IRC anos anteriores	-	-	3.60%	(541,401)
Carga de imposto sobre o rendimento do período	13.96%	<u>827,513</u>	21.09%	<u>3,172,919</u>

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2017 e 2016 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta (21% para o exercício de 2016);
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável (igual ao exercício de 2016); e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados (igual ao exercício de 2016):
  - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;
  - Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
  - Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;
  - Maior do que 35.000.000 euros - 7%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 foi de 23,5% (tal como no exercício de 2016).

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

No exercício de 2015, a Companhia apurou prejuízo fiscal no montante de 17.552.611 euros, tendo registado o correspondente ativo por imposto diferido, à taxa de 21%, no valor de 3.668.048 euros, os quais foram parcialmente utilizados no exercício de 2016 e no exercício de 2017.

Em resultado da inspeção tributária realizada aos exercícios de 2006 e 2007, a Companhia recebeu liquidações adicionais de IRC nos montantes de 430.891 euros e 89.451 euros, respetivamente. Por não concordar com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais, a STS decidiu proceder à impugnação judicial destas liquidações e à prestação das correspondentes garantias bancárias no valor de 325.524 euros e 84.444 euros, tendo liquidado o remanescente imposto. Estes montantes encontravam-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2012. Em 2013, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas, a Companhia procedeu à liquidação dos mesmos, tendo procedido ao levantamento das garantias bancárias prestadas, mantendo-se, no entanto, a decorrer o processo judicial.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte (quatro anos para os exercícios de 2010 e 2011, cinco anos para os exercícios de 2012 e 2013, doze anos para os exercícios de 2014 a 2016 e cinco anos para o exercício de 2017). Deste modo, as declarações fiscais da STS dos exercícios de 2013 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2017				Saldos em 31-12-2017
	Saldos em 31-12-2016	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30,509	-	-	-	30,509
	<u>30,509</u>	-	-	-	<u>30,509</u>
Outras provisões	4,381,311	-	34,455	(234,630)	4,181,135
	<u>4,411,819</u>	-	<u>34,455</u>	<u>(234,630)</u>	<u>4,211,644</u>
	2016				Saldos em 31-12-2016
	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30,509	-	-	-	30,509
	<u>30,509</u>	-	-	-	<u>30,509</u>
Outras provisões	7,591,128	300,000	(4,817)	(3,505,000)	4,381,311
	<u>7,621,637</u>	<u>300,000</u>	<u>(4,817)</u>	<u>(3,505,000)</u>	<u>4,411,819</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui as provisões necessárias para fazer face às responsabilidades relacionadas com o tratado de resseguro celebrado em julho de

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

2012 com a Abbey Life Assurance Company Limited, e ainda quaisquer outros encargos relacionados com a carteira ressegurada e que possam não ser recuperáveis junto do ressegurador, nomeadamente participações nos resultados de seguro direto.

Em 2016, a Companhia utilizou 3.500.000 euros desta provisão para fazer face a um pagamento decorrente da reclamação recebida da Canada Life Assurance Company Limited, na qualidade de retrocessionária do tratado.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

**17. CAPITAL**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

**18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2017	2016
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	25,053,197	23,468,998
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(21,067,473)	(19,908,443)
	<u>3,985,724</u>	<u>3,560,555</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(936,645)	(836,730)
	<u>33,987,832</u>	<u>32,800,508</u>
Reserva legal		
	<u>10,727</u>	<u>10,163</u>
Outras reservas		
Resultados transitados	<u>233,914</u>	<u>68,548,005</u>

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de Setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2017	2016
Resultado líquido do período	5,100,480	11,873,232
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47,250,000	47,250,000
Resultados básicos por ação	<u>0.11</u>	<u>0.25</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

## 19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2017 e 2016, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	83,036,711	(79,982,409)	3,054,302	87,096,064	(84,183,499)	2,912,565
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	127,918,078	-	127,918,078	33,799,537	-	33,799,537
	<u>210,954,789</u>	<u>(79,982,409)</u>	<u>130,972,380</u>	<u>120,895,601</u>	<u>(84,183,499)</u>	<u>36,712,102</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	237,144	(242,633)	(5,489)	194,177	(207,616)	(13,439)
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	<u>237,144</u>	<u>(242,633)</u>	<u>(5,489)</u>	<u>194,177</u>	<u>(207,616)</u>	<u>(13,439)</u>
	<u>211,191,933</u>	<u>(80,225,042)</u>	<u>130,966,891</u>	<u>121,089,778</u>	<u>(84,391,115)</u>	<u>36,698,663</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica “Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido”, inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 79.073.749 euros e de 81.508.040 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2017	2016
Prémios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	152,018,618	57,054,897
Relativos a contratos de grupo	58,936,171	63,840,704
	<u>210,954,789</u>	<u>120,895,601</u>
Periódicos	107,067,839	106,181,969
Não periódicos	103,886,949	14,713,632
	<u>210,954,789</u>	<u>120,895,601</u>
De contratos sem participação nos resultados	81,920,584	85,943,017
De contratos com participação nos resultados	129,034,204	34,952,584
	<u>210,954,789</u>	<u>120,895,601</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2017 e 2016, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	5,489	6,401
	<u>5,489</u>	<u>6,401</u>
<i>Unit-linked</i>		
Poupança Rendimento Vida	15,100,954	19,907,606
Seguro Investimento	7,030,346	4,307,749
Super Rendimento Seguro	-	1,225,798
Seguro Poupança Segura PPR	1,284,223	1,241,477
Fundos Santander	1,135,048	127,845
	<u>24,550,570</u>	<u>26,810,475</u>
	<u>24,556,059</u>	<u>26,816,876</u>

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão; (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, e (iii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos, apresentando a seguinte composição:

	2017	2016
Comissões <i>Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	20,189,193	22,006,783
Comissões de resgate	367,907	650,343
Comissões <i>upfront</i>	3,993,469	4,153,349
	<u>24,550,570</u>	<u>26,810,475</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2017	2016
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	29,361,634	30,352,466
Custos imputados (Nota 22)	1,104,756	1,232,996
Outros custos de aquisição	126,854	71,176
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	18,523,026	20,178,883
Custos imputados (Nota 22)	806,599	850,461
	<u>49,922,868</u>	<u>52,685,983</u>
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>157,876</u>	<u>559,790</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>3,212,069</u>	<u>3,396,339</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(28,123,630)	(29,451,333)
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	(76,307)	(267,000)
	<u>(28,199,937)</u>	<u>(29,718,333)</u>
	<u>25,092,876</u>	<u>26,923,779</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2017 e 2016, foram registadas na rubrica “Comissões do ramo vida” as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 27.284.552 euros e 28.605.791 euros, respetivamente (Nota 11).

**22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA**

Nos exercícios de 2017 e 2016, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	2017	2016
Gastos com o pessoal (Nota 23)	2,478,506	2,148,499
Fornecimentos e serviços externos:		
Gastos com informática	1,111,365	1,148,005
Consultoria e assessoria	808,985	774,569
Comunicações	168,224	155,920
Rendas e alugueres (Nota 31)	132,635	90,552
Gastos com trabalho independente	41,071	40,673
Quotizações	52,260	58,169
Arquivo	33,177	19,355
Deslocações e estadas	16,320	10,746
Impressos	10,074	9,761
Material de escritório	4,097	3,426
Trabalhos especializados	8,017	8,252
Outros	34,896	39,311
	<u>2,421,122</u>	<u>2,358,739</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	<u>2,535,710</u>	<u>2,197,941</u>
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	500,279.09	1,346,141.28
Ativos intangíveis	72,194.40	56,770.57
	<u>572,473</u>	<u>1,402,912</u>
Impostos e taxas	<u>378,996</u>	<u>208,786</u>
Juros suportados de depósitos de resseguradores	<u>119</u>	<u>457</u>
	<u>8,386,927</u>	<u>8,317,334</u>
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	2017	2016
Custos administrativos (Nota 21)	3,212,069	3,396,339
Custos de aquisição (Nota 21)	1,911,354	2,083,458
Custos com investimentos (Nota 26)	2,224,264	1,910,719
Custos com sinistros	1,039,240	926,819
	<u>8,386,927</u>	<u>8,317,334</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, parte dos saldos das rubricas “Gastos com informática” e “Consultoria e assessoria” dizem respeito à prestação de serviços informáticos, faturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 850.943 euros e 882.960 euros, respetivamente (Nota 31).

A rubrica “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações		
Dos órgãos sociais	861,033	390,301
Do pessoal	1,135,348	1,339,815
	<u>1,996,381</u>	<u>1,730,116</u>
Encargos sobre remunerações	<u>343,424</u>	<u>321,895</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	18,974	20,078
Outros benefícios a longo prazo	40	20,638
Outros gastos com pessoal	119,688	55,773
	<u>2,478,506</u>	<u>2,148,499</u>

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2017 e 2016 e a pagar em 2018 e 2017, nos montantes de 171.519 euros e 203.215 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica “Outros benefícios a longo prazo”.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2017 e 2016, por categoria profissional, foi o seguinte:

	2017	2016
Dirigentes executivos	3	4
Quadros superiores	3	3
Quadros médios	8	8
Profissionais altamente qualificados	10	11
Profissionais qualificados	9	10
	<u>33</u>	<u>36</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 39 e 41, respetivamente.

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2017, em milhares de euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis no ano de 2017, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 487 milhares de euros para as fixas e de 433 milhares de euros para as variáveis.

As remunerações fixas têm a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)**Conselho de Administração**

Nome	Remuneração fixa
Jorge Filipe Alves Gaspar	72
Manuela Vieira Marinho	67
Nuno Miguel Frias Costa	204
Pedro Brandão Melo Castro	70
	<u>413</u>

**Conselho Fiscal**

Nome	Remuneração fixa
José Duarte Assunção Dias	30
António Baia Engana	18
Maria Manuela Lourenço	18
	<u>66</u>

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2017, em milhares de euros, é a que consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2017	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações retida por um ano
Jorge Filipe Alves Gaspar	21	20
Manuela Vieira Marinho	15	14
Nuno Miguel Frias Costa	76	71
Pedro Brandão Melo Castro	18	17
	<u>130</u>	<u>122</u>

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 21.770 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 5,597 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2017, em milhares de euros, é a que consta do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2017					
	Parcela Pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Jorge Filipe Alves Gaspar	5	5	5	790	790	790
Manuela Vieira Marinho	3	3	3	559	559	559
Nuno Miguel Frias Costa	17	17	17	2 817	2 817	2 817
Pedro Brandão Melo Castro	4	4	4	671	671	671
	<u>29</u>	<u>29</u>	<u>29</u>	<u>4 837</u>	<u>4 837</u>	<u>4 837</u>

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2016, tendo sido pago um terço dessa remuneração, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2016 entregue em Fevereiro 2018		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	0	4	5
Manuela Vieira Marinho	0	3	3
	<u>0</u>	<u>7</u>	<u>8</u>

O valor das ações corresponde a 1.396 ações do Banco Santander S.A., das quais 21 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 5,597 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome	Prémio de desempenho de 2016			
	2019		2020	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações
Jorge Filipe Alves Gaspar	4	851	4	852
Manuela Vieira Marinho	3	524	3	523
	<u>7</u>	<u>1 375</u>	<u>7</u>	<u>1 375</u>

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2015, tendo sido pago um terço dessa remuneração, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2015 entregue em Fevereiro 2018		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Eduardo Alves da Silva	1	14	19
	<u>1</u>	<u>14</u>	<u>19</u>

O valor das ações corresponde a 3.469 ações do Banco Santander S.A., das quais 51 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 5,597 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2015	
	2019	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Eduardo Alves da Silva	14	3 418
	<u>14</u>	<u>3 418</u>

Na presente data foram pagos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2014, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2014 entregue em Fevereiro 2018		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Eduardo Alves da Silva	2	17	16
	<u>2</u>	<u>17</u>	<u>16</u>

O valor das ações corresponde a 2.804 ações do Banco Santander S.A., das quais 41 ações resultantes do aumento de capital, ao valor por ação de 5,597 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 145.295 Euros (2016: 145.295 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 70.026 Euros (2016: 70.032 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial e sobre a taxa global de custos de contratos de seguros ligados a fundos de investimento (no montante de 48.100 Euros (2016: 48.094 Euros)). Do referido montante de honorários, 56.045 Euro foram faturados em 2017.

No exercício de 2016, e para além do valor acima descrito, os honorários do ROC incluíram ainda o serviço de certificação da informação de abertura respeitante ao primeiro ano de aplicação da Diretiva de Solvência II, no montante de 20.295 Euros (valor totalmente faturado em 2016).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma (“PIR”).

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.<sup>a</sup>-A, n.º1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 18.974 euros e 20.078 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Juros	Unidades de participação	Total	Juros	Unidades de participação	Total
<b>Ramo vida:</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	2,928,523	-	2,928,523	4,554,962	-	4,554,962
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	79,703,257	606,932	80,310,189	83,368,666	113,090	83,481,756
Ativos financeiros disponíveis para venda	7,454,157	-	7,454,157	6,937,944	-	6,937,944
Empréstimos concedidos e contas a receber	3,652,261	-	3,652,261	606,654	-	606,654
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(12,259)	-	(12,259)	(28,408)	-	(28,408)
	<u>93,725,938</u>	<u>606,932</u>	<u>94,332,870</u>	<u>95,439,819</u>	<u>113,090</u>	<u>95,552,908</u>
<b>Não técnica:</b>						
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2,695,000	-	2,695,000	686,000	-	686,000
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,155,523	-	1,155,523	241,706	-	241,706
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	73,647	-	73,647
Depósitos à ordem em instituições de crédito	2,101	-	2,101	1,606	-	1,606
	<u>3,852,624</u>	<u>-</u>	<u>3,852,624</u>	<u>1,002,959</u>	<u>-</u>	<u>1,002,959</u>
	<u>97,578,562</u>	<u>606,932</u>	<u>98,185,494</u>	<u>96,442,778</u>	<u>113,090</u>	<u>96,555,868</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de “Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, corresponde aos dividendos pagos pela Aegon Santander Portugal, referentes aos anos de 2016 e 2015, respetivamente.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	2,168,945	55,319	2,224,264	1,870,437	40,281	1,910,718
Juros de <i>interest rate swaps</i> :						
Produtos <i>unit-linked</i>	4,122,735	-	4,122,735	1,164,812	-	1,164,812
De outros passivos financeiros:						
Comissões	-	584,572	584,572	-	586,174	586,174
Juros de mora	-	5,316	5,316	-	796	796
	<u>6,291,680</u>	<u>645,207</u>	<u>6,936,887</u>	<u>3,035,249</u>	<u>627,251</u>	<u>3,662,500</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica “De outros passivos financeiros - Comissões” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11).

27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2017 e 2016, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
<b>Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	(386)	13,119,436
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	(178,524)	1,299,798
	<u>(178,910)</u>	<u>14,419,234</u>
<b>Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	15,218,160	(1,102,677)
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	30,917,059	(61,455,564)
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	(128,808,306)	(24,647,567)
	<u>(82,673,086)</u>	<u>(87,205,808)</u>

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2017 e 2016, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	640,839	(321,815)	319,023
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4,651,618	(10,397,012)	(5,745,393)	1,931,215	(3,352,916)	(1,421,701)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(386)	(386)	869,436	-	869,436
	<u>4,651,618</u>	<u>(10,397,398)</u>	<u>(5,745,779)</u>	<u>3,441,490</u>	<u>(3,674,731)</u>	<u>(233,242)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	169,531	-	169,531	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	12,250,000	-	12,250,000
	<u>169,531</u>	<u>-</u>	<u>169,531</u>	<u>12,250,000</u>	<u>-</u>	<u>12,250,000</u>
	<u>4,821,149</u>	<u>(10,397,398)</u>	<u>(5,576,249)</u>	<u>15,691,490</u>	<u>(3,674,731)</u>	<u>12,016,758</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

No exercício de 2016, o montante de 12.250.000 euros, registado na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De outros”, respeita à mais-valia decorrente do ajuste ao preço de venda inicial das participações de 51% da Aegon Vida e da Aegon Não Vida, refletindo a revisão do plano de negócio contratado, em consequência do incremento significativo da base de clientes após aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Nota 5).

27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2017 e 2016, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
<b>Ramo vida:</b>						
Ativos financeiros detidos para negociação	8,898,468	(10,396,073)	(1,497,605)	1,361,242	(773,849)	587,393
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	77,263,481	(23,757,208)	53,506,273	17,466,261	(79,597,277)	(62,131,016)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	<u>86,161,949</u>	<u>(34,153,281)</u>	<u>52,008,668</u>	<u>18,827,503</u>	<u>(80,371,126)</u>	<u>(61,543,623)</u>
<b>Não técnica:</b>						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3,469	(301,055)	(297,586)	291,523	(203,464)	88,060
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	<u>3,469</u>	<u>(301,055)</u>	<u>(297,586)</u>	<u>291,523</u>	<u>(203,464)</u>	<u>88,060</u>
	<u>86,165,419</u>	<u>(34,454,336)</u>	<u>51,711,082</u>	<u>19,119,026</u>	<u>(80,574,590)</u>	<u>(61,455,564)</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(128,896,047)	(47,133,227)
Variações negativas dos passivos financeiros	87,741	22,485,660
	<u>(128,808,306)</u>	<u>(24,647,567)</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	24,550,570	26,810,475
Utilização de "Outras provisões"	(1,086,690)	1,086,704
Outros	936,995	781,140
	<u>(104,407,431)</u>	<u>4,030,752</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(178,524)	1,299,798
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	5,489	6,401
	<u>(173,035)</u>	<u>1,306,199</u>
	<u>(104,580,467)</u>	<u>5,336,952</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2017 e 2016, esta rubrica inclui exclusivamente os resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afetos a produtos *unit-linked*.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(169,299)	(158,759)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(280)	(141)
Bonificação por resgates e anulações	4,623	772
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	<u>22,216</u>	<u>1,228</u>
	<u>(142,741)</u>	<u>(156,900)</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2017 e 2016, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos por riscos operacionais	(19,501)	(3,092)
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	-	18,990
Outros	<u>74,122</u>	<u>2,951</u>
	<u>54,621</u>	<u>18,849</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2017 e 2016, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia</b>	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E.	Espanha
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.I. Sucursal em Portugal	Portugal
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.I.	Espanha
PRODUBAN - Servicios Informaticos Generales	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo da Companhia</b>	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
Jorge Filipe Alves Gaspar <sup>(1)</sup>	
Manuela Vieira Marinho	
Nuno Miguel Frias Costa	
Pedro Brandão Melo Castro	
Óscar Villoslada Montpart <sup>(2)</sup>	
Francisco Del Cura Ayuso <sup>(3)</sup>	
<b>Membros da Comissão Executiva</b>	
Jorge Filipe Alves Gaspar <sup>(1)</sup>	
Manuela Vieira Marinho	
Nuno Miguel Frias Costa	
Pedro Brandão Melo Castro	
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
José Duarte Assunção Dias	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

(1) - Renunciou ao cargo em 27 de Setembro de 2017.

(2) - Renunciou ao cargo em 30 de Abril de 2017.

(3) - Nomeado em Conselho de Administração de 27 de Setembro de 2017 e autorizado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Pensões em 27 de Outubro de 2017.

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 2 de Janeiro de 2016, a Companhia aderiu ao Agrupamento Santander Tecnología y Operaciones, A.E.I.E. mediante aprovação da Assembleia Geral do Agrupamento realizada a essa data e escritura de aceitação de novo membro de 29 de Janeiro de 2016, pelo que a partir desta data os serviços de tecnologia e operações especializados centralizados em Espanha, passaram a ser prestados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2017									Total
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	AEIE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	
<b>Ativo</b>										
Depósitos à ordem	213,001,950	-	-	-	-	-	-	-	-	213,001,950
Depósitos a prazo	336,331,766	-	-	-	-	-	-	-	-	336,331,766
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	14,308,000
Ativos intangíveis	-	-	-	236,269	-	-	81,090	-	-	317,359
Contas a receber	1,928,235	-	-	5,313	2,841	-	-	-	-	1,936,388
<b>Total do Ativo</b>	<b>551,261,950</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>241,582</b>	<b>2,841</b>	<b>-</b>	<b>81,090</b>	<b>8,232,000</b>	<b>6,076,000</b>	<b>565,895,463</b>
<b>Passivo</b>										
Passivos Financeiros	-	-	50,599,585	-	-	-	-	-	-	50,599,585
Contas a pagar	(9,977,534)	(443,722)	-	-	-	-	-	-	-	(10,421,256)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(9,977,534)</b>	<b>(443,722)</b>	<b>50,599,585</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40,178,328</b>
<b>Ganhos e perdas</b>										
Juros de depósitos à ordem	(10,158)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10,158)
Juros de depósitos a prazo	21,801,317	-	-	-	-	-	-	-	-	21,801,317
Comissões de mediação	(47,884,718)	-	-	-	-	-	-	-	-	(47,884,718)
Comissões de gestão	-	(1,754,767)	-	-	-	-	-	-	-	(1,754,767)
Comissões de liquidação	(97,348)	-	-	-	-	-	-	-	-	(97,348)
Comissões de custódia	(682,706)	-	-	-	-	-	-	-	-	(682,706)
Comissões de penalização de resgate	(169,961)	-	-	-	-	-	-	-	-	(169,961)
Prestação de serviços	-	-	-	(216,406)	-	-	(634,537)	-	-	(850,943)
Renda	(132,635)	-	-	-	-	-	-	-	-	(132,635)
Participação nos resultados	(78,389)	-	-	(1,706)	(310)	(218)	-	-	-	(80,623)
Comissões por colaterais prestados	(584,572)	-	-	-	-	-	-	-	-	(584,572)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(346,880)	-	-	-	-	-	-	-	-	(346,880)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(28,186,051)</b>	<b>(1,754,767)</b>	<b>-</b>	<b>(218,112)</b>	<b>(310)</b>	<b>(218)</b>	<b>(634,537)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(30,793,994)</b>
	2016									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	AEIE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Total
<b>Ativo</b>										
Depósitos à ordem	162,831,754	-	-	-	-	-	-	-	-	162,831,754
Depósitos a prazo	546,524,351	-	-	-	-	-	-	-	-	546,524,351
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	14,308,000
Ativos intangíveis	-	-	-	257,748	-	-	154,003	-	-	411,751
Contas a receber	2,008,348	-	-	5,279	3,058	-	-	-	-	2,016,686
<b>Total do Ativo</b>	<b>711,364,453</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>263,027</b>	<b>3,058</b>	<b>-</b>	<b>154,003</b>	<b>8,232,000</b>	<b>6,076,000</b>	<b>726,092,542</b>
<b>Passivo</b>										
Passivos Financeiros	-	-	32,059,585	-	-	-	-	-	-	32,059,585
Contas a pagar	(11,911,780)	(129,533)	-	-	-	-	-	-	-	(12,041,313)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(11,911,780)</b>	<b>(129,533)</b>	<b>32,059,585</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20,018,271</b>
<b>Ganhos e perdas</b>										
Juros de depósitos à ordem	(26,802)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26,802)
Juros de depósitos a prazo	28,447,731	-	-	-	-	-	-	-	-	28,447,731
Comissões de mediação	(50,531,276)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50,531,276)
Comissões de gestão	-	(1,485,751)	-	-	-	-	-	-	-	(1,485,751)
Comissões de liquidação	(41,928)	-	-	-	-	-	-	-	-	(41,928)
Comissões de custódia	(669,144)	-	-	-	-	-	-	-	-	(669,144)
Comissões de penalização de resgate	(158,759)	-	-	-	-	-	-	-	-	(158,759)
Prestação de serviços	-	-	-	(234,422)	-	-	(372,493)	-	-	(606,915)
Renda	(90,552)	-	-	-	-	-	-	-	-	(90,552)
Participação nos resultados	(45,295)	-	-	(2,053)	(392)	(218)	-	-	-	(47,958)
Comissões por colaterais prestados	(586,174)	-	-	-	-	-	-	-	-	(586,174)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(23,702,199)</b>	<b>(1,485,751)</b>	<b>-</b>	<b>(236,475)</b>	<b>(392)</b>	<b>(218)</b>	<b>(372,493)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25,797,528)</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2017		2016	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	5,281,313	30,008	2,453,296	9,696
Santander Internacional Debt, S.A.	4,585,665	18,808	40,470,624	390,033
Banco Santander Totta, S.A.	4,002,827	22,630	21,252,857	25,025
Santander Issuances, S.A.	524,800	9,897	983,860	19,795
Banco Santander, S.A.	548,000	14,740	564,010	14,740
	<b>14,942,605</b>	<b>96,083</b>	<b>65,724,647</b>	<b>459,288</b>

Nos exercícios de 2017 e 2016, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2017			2016		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	45,184	(30)	39,274	680,193	(356,130)	(20,576)
Santander Internacional Debt, S.A.	1,201,794	(1,218,743)	88,971	1,610,127	(14,421)	(1,161,684)
Banco Santander Totta, S.A.	3,052,160	(2,957,959)	(9,404)	80,644	50,287	(92,811)
Santander Issuances, S.A.	13,253	(5,860)	32,870	77,948	18,000	69,690
Banco Santander, S.A.	20,000	-	(16,010)	26,426	(4,562)	(10,365)
	<b>4,332,392</b>	<b>(4,182,591)</b>	<b>135,700</b>	<b>2,475,338</b>	<b>(306,825)</b>	<b>(1,215,746)</b>

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

## 32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2017, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2017				
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros detidos para negociação	8,709,172	-	8,709,172	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2,286,338,421	1,974,666,383	310,075,503	1,596,535	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	402,836,297	402,836,297	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	85,428,465
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2,697,883,890</b>	<b>2,377,502,680</b>	<b>318,784,675</b>	<b>1,596,535</b>	<b>85,428,465</b>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,430,798,331	-	2,430,798,331	-	21,053,198
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	50,197,500	-	50,197,500	-	-
Outros passivos financeiros - Restantes	9,451,415	-	9,451,415	-	10,747,087
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2,480,995,830</b>	<b>-</b>	<b>2,480,995,830</b>	<b>-</b>	<b>21,053,198</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2016				Ativos / passivos não valorizados ao justo valor
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros detidos para negociação	1,162,102	-	1,162,102	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,983,969,469	1,551,157,490	427,779,615	5,032,364	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	305,639,654	305,639,654	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	187,490,961
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2,290,771,224</b>	<b>1,856,797,143</b>	<b>428,941,717</b>	<b>5,032,364</b>	<b>187,490,961</b>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,148,102,875	-	2,148,102,875	-	19,145,374
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	31,657,500	-	31,657,500	-	-
Outros passivos financeiros - <i>Restantes</i>	594,818	-	594,818	-	8,131,309
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2,179,760,375</b>	<b>-</b>	<b>2,179,760,375</b>	<b>-</b>	<b>19,145,374</b>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("*Net Asset Value*") divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Durante os exercícios de 2017 e 2016, os Ativos financeiros disponíveis para venda, apresentam as seguintes movimentações no período:

	2016 - 2017					Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Compras	Vendas	Reembolsos	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros disponíveis para venda	305,639,654	142,036,243	2,774,381	39,888,000	(2,177,219)	402,836,296

	2015 - 2016					Saldo em 31-12-2016
	Saldo em 31-12-2015	Compras	Vendas	Reembolsos	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros disponíveis para venda	307,870,158	64,127,288	21,176,115	42,997,000	(2,184,677)	305,639,654

Durante os exercícios de 2017 e 2016, os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam as seguintes movimentações no período:

	2016 - 2017					Saldo em 31-12-2017
	Saldo em 31-12-2016	Compras	Vendas	Reembolsos	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,983,969,469	783,321,462	323,041,714	228,741,905	70,831,109	2,286,338,421

	2015 - 2016					Saldo em 31-12-2016
	Saldo em 31-12-2015	Compras	Vendas	Reembolsos	Varição Justo Valor	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2,204,378,642	513,154,204	250,434,896	501,065,529	17,937,048	1,983,969,469

Durante o exercício de 2017 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2016 - 2017			
	Saldo em 31-12-2016	Liquidações	Varição Justo Valor	Saldo em 31-12-2017
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nível 3)	5,032,364	(3,205,261)	(230,569)	1,596,535

Durante o exercício de 2016 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2015 - 2016			
	Saldo em 31-12-2015	Liquidações	Varição Justo Valor	Saldo em 31-12-2016
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nível 3)	4,857,941	(122,044)	296,467	5,032,364

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentado como segue:

<b>2017</b>			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Empréstimos concedidos e contas a receber - Outros depósitos e Outros	83,516,584	83,516,584	1
Empréstimos concedidos e contas a receber - Empréstimos concedidos	1,911,881	2,329,370	2
<b>Ativos financeiros</b>	<b>85,428,465</b>	<b>85,845,954</b>	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21,053,198	21,053,198	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>21,053,198</b>	<b>21,053,198</b>	
<b>2016</b>			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Empréstimos concedidos e contas a receber - Outros depósitos e Outros	185,487,287	185,487,287	1
Empréstimos concedidos e contas a receber - Empréstimos concedidos	2,003,674	2,503,214	2
<b>Ativos financeiros</b>	<b>187,490,961</b>	<b>187,990,501</b>	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	19,145,374	19,145,374	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>19,145,374</b>	<b>19,145,374</b>	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### 33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - IFRS 9

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 que vem substituir a IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a qual foi endossada pela União Europeia no passado dia 3 de novembro de 2017. A IFRS 9 introduz novos requisitos relativos à:

- classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros;
- mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas, e,
- contabilidade de cobertura.

A Companhia adotou a IFRS 9 em 1 de janeiro de 2018, a qual é de aplicação obrigatória nos exercícios com início em ou após de 1 de janeiro de 2018, existindo, contudo, uma exceção temporal, prevista na emenda à IFRS 4 “Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4”, a qual permite que uma seguradora que cumpra determinados critérios especificados mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021. As novas regras introduzidas pela IFRS 9 são de aplicação retrospectiva a partir de 1 de janeiro de 2018, no entanto, os respetivos saldos comparativos, não serão reexpressos.

Os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes da adoção desta nova norma foram estimados por referência a 1 de janeiro de 2018, tendo por base a informação disponível à data e a assunção de um conjunto de pressupostos. Com base nestas estimativas, a adoção da IFRS 9 não terá impacto na situação líquida da Companhia, sendo que as alterações implicariam uma reclassificação dos montantes reconhecidos na rubrica de reservas de reavaliação para a rubrica de resultados transitados, contudo dado a imaterialidade dos valores apurados, a Companhia não procedeu a qualquer reclassificação.

O tratamento fiscal dos impactos que venham a resultar da adoção da IFRS 9 está dependente da legislação fiscal que venha a ser aprovada durante o ano de 2018.

Durante o exercício de 2018 a Companhia continuará a calibrar os modelos que desenvolveu para dar cumprimento aos novos requisitos da IFRS 9 e acompanhará eventuais orientações dos reguladores nacionais e internacionais a respeito da aplicação da referida norma.

#### – **Classificação e mensuração – Ativos financeiros**

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

- (1) O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- (2) O tipo de instrumentos financeiros, isto é, (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- (3) As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “*Hold to Collect*”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de capitais próprios (“*FVTOCI*”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “*Hold to Collect & Sale*”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“*FVPL*”).

A Companhia avaliou os seus modelos de negócio tendo por base os indicadores que considerou mais adequados. Para o modelo de negócio “*Hold to Collect*”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos *thresholds* quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os *thresholds* definidos pela Companhia.

De acordo com a análise efetuada por referência a 1 de janeiro de 2018, não se registaram alterações relativamente à classificação dos ativos financeiros comparativamente com a classificação em IAS 39.

#### – Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de capital próprio, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Esta alteração conceptual é introduzida em conjunto com novos critérios de classificação e mensuração das perdas esperadas de imparidade de crédito, sendo requerido que os ativos financeiros sujeitos a imparidade sejam classificados por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*"). No entanto, o juro continuará a ser calculado sobre o montante bruto do ativo;
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, será reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos ativos financeiros. O juro é calculado sobre o valor líquido de balanço dos ativos.

De uma forma genérica, as perdas de imparidade apuradas nos ativos classificados em *stages 1 e 2* substituem em grande medida a imparidade reconhecida numa ótica coletiva para os ativos financeiros tal como previsto no âmbito da IAS 39. Por sua vez, as perdas por imparidade apuradas nos ativos classificados no *stage 3* substituem em certa medida a imparidade reconhecida numa ótica individual e coletiva para os ativos financeiros já em imparidade tal como previsto na IAS 39.

#### – Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

A mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1 e 2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* serão calculadas com recurso a uma PD a 12 meses enquanto que as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD-lifetime. O cálculo da perda esperada para os ativos financeiros em *stage 3* foi alavancado nos processos já existentes para a estimativa de imparidade desenvolvidos para dar cumprimento ao IAS 39, atualizados por forma a refletir os novos requisitos da IFRS 9, nomeadamente o de considerar informação *point in time* e *forward looking*.

#### 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

#### 35. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025. Considerando que as avaliações realizadas pela consultora externa (Willis Towers Watson) às Companhias Aegon Vida e Aegon Não Vida, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, apresentam valores superiores aos que estão definidos contratualmente, o referido montante traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

#### 36. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2017. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2017 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2018.

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	Aegon Santander Portugal Vida	3 675 000	3 675 000		2,24	8 232 000	2,24	8 232 000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3 675 000	3 675 000		1,65	6 076 000	1,65	6 076 000
	...							
	sub-total	7 350 000	7 350 000			14 308 000		14 308 000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTCPPOOE0004	Cred.Predial Port.49	427 469 798	4 274 698	99,82	0,01	4 267 004	0,01	4 025 457
	...							
	sub-total	427 469 798	4 274 698			4 267 004		4 025 457
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	434 819 798	11 624 698			18 575 004		18 333 457
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0413900087	SANTAN 4% 7/4/20	5	500 000	111,04	111 039,00	555 195	112 547,95	562 740
XS1201001572	SANTAN 2.5% 18/3/25	5	500 000	99,19	99 193,00	495 965	106 939,45	534 697
XS1316037545	SANTAN 1.5% 12/11/20	10	1 000 000	99,76	99 761,00	997 610	103 827,48	1 038 275
XS1385935769	SANTAN 0.75 3/4/19	14	1 400 000	99,95	99 953,24	1 399 345	101 440,96	1 420 173
XS1550951641	SANSOF 0.875 24/1/22	23	2 300 000	99,62	99 621,00	2 291 283	102 230,86	2 351 310
XS1557268221	SANTAN 1.375 9/2/22	15	1 500 000	99,94	99 938,00	1 499 070	104 265,08	1 563 976
XS1578916261	SANTAN Float 21/3/22	15	1 500 000	100,00	100 001,00	1 500 015	102 063,11	1 530 947
XS1689234570	SANTAN Float 28/3/23	15	1 500 000	99,84	99 835,00	1 497 525	100 636,68	1 509 550
XS1692396069	SCBGER 0.75 17/10/22	5	500 000	99,65	99 649,00	498 245	100 220,16	501 101
	...							
	sub-total	107	10 700 000			10 734 253		11 012 769
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	107	10 700 000			10 734 253		11 012 769
	total	434 819 905	22 324 698			29 309 257		29 346 226

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Acções							
PTONLOAN0005	Onlygreen, S.A	8 926			0,10	893	0,27	2 429
PTPTDAM0006	The Navigator SA	210 651			3,97	836 273	4,25	895 688
	...							
	sub-total	219 577	0			837 166		898 117
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTXICEM0007	Explorer - II	58			22 335,45	1 288 986	8 216,20	474 159
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios	30 470			4,73	144 158	3,78	115 073
PTNOFCIM0006	Logística e Distrib.	38 260			5,62	215 167	2,97	113 667
PTSELAIE0007	FII - Imosocial	36 155			5,37	194 043	5,92	214 027
PTSELDIM0004	FII F Imosaúde	278 162			0,00	0	2,44	678 827
PTYSAFLM0006	Sant.Acções Portugal	5 490			20,69	113 566	27,17	149 181
	...							
	sub-total	388 595	0			1 955 919		1 744 933
	2.1.1.4 - Outros							
	Fundo Comp. Trabalho	740			1,04	767	1,05	779
	...							
	sub-total	740	0			767		779
	sub-total	608 911	0			2 793 852		2 643 829
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTE5OE0007	PGB 4.1% 04/15/37	178 000 000	1 780 000	82,78	0,01	1 473 465	0,01	2 167 769
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	2 080 600 000	20 806 000	114,78	0,01	23 881 052	0,01	25 816 749
PTOTEEOE0029	OT 4.8% 15/06/2020	16 584 573 700	165 845 737	99,21	0,01	164 533 689	0,01	189 795 740
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25	21 954 600 000	219 546 000	95,09	0,01	208 773 857	0,01	243 104 128
PTOTEMOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	7 312 200 000	73 122 000	90,11	0,01	65 891 730	0,01	80 219 829
PTOTENOE0018	PGB 4.45% 15/06/2018	13 753 520 000	137 535 200	97,32	0,01	133 853 203	0,01	143 884 315
PTOTEQOE0015	PGB5 5.65% 15/2/24	11 917 400 000	119 174 000	117,44	0,01	139 957 050	0,01	157 344 747
PTOTEROE0014	PGB 3.875% 15/2/30	380 000 000	3 800 000	103,64	0,01	3 938 154	0,01	4 532 194
PTOTESOE0013	PGB 2.2 17/10/22	5 622 200 000	56 222 000	99,12	0,01	55 726 840	0,01	60 882 915
PTOTETOE0012	PGB 2.875 21/7/26	938 100 000	9 381 000	100,98	0,01	9 473 026	0,01	10 344 971
PTOTEUOE0019	PGB 4.125 14/4/27	420 700 000	4 207 000	113,02	0,01	4 754 666	0,01	5 152 518
PTOTEYOE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	6 002 100 000	60 021 000	85,75	0,01	51 467 302	0,01	69 141 706
PTOTVLOE0001	PGB Float 5/12/22	20	20 000	100,03	1 000,30	20 006	1 034,83	20 697
	...							
	sub-total	87 143 993 720	871 459 937			863 744 040		992 408 276
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBSSBOE0012	BRCORO 3,875% 1/4/21	183	18 300 000	104,75	104 746,88	19 168 679	114 699,52	20 990 012
PTBSSJOM0015	BRC 1.875% 30/4/25	92	9 200 000	92,89	92 889,89	8 545 870	105 148,70	9 673 680
PTBSSJOM0014	BRCORO 2% 22/3/23	85	8 500 000	103,94	103 944,49	8 835 282	107 875,90	9 169 451
PTGALICE0009	GALP 4,125% 25/1/19	17	1 700 000	106,08	106 082,35	1 803 400	108 117,77	1 838 002
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	276	27 600 000	101,00	101 000,54	27 876 149	110 236,70	30 425 330
PTGGDAOE0001	GALP 1.375 19/9/23	47	4 700 000	101,14	101 138,17	4 753 494	103 134,78	4 847 335
PTRELBOE0017	RENEP 4,125% 31/1/18	2	200 000	103,79	103 786,00	207 572	104 095,96	208 192
	...							
	sub-total	702	70 200 000			71 190 446		77 152 003
	sub-total	87 143 994 422	941 659 937			934 934 485		1 069 560 279
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Acções							

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
BE0003810273	PROXIMUS	25 265			29,51	745 623	27,35	690 998
DE0007236101	Siemens AG Reg	6 071			120,25	730 038	116,15	705 147
ES0130960018	Enagas	27 768			24,65	684 462	23,87	662 822
FR0000130809	Societe Generale	15 169			47,28	717 150	43,05	653 025
GB00B03MLX29	Royal Dutch Shell-A	27 669			22,70	628 154	27,79	768 783
NL0011794037	KONINKLIJKE AHOLD NV	44 522			15,89	707 658	18,34	816 311
NL0000009538	Philips Electron. NV	24 978			29,57	738 716	31,54	787 806
	...							
	sub-total	171 442	0			4 951 801		5 084 892
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
FR0007054358	Lyxor ETF € Stoxx 50	360 198			34,24	12 333 926	34,11	12 286 354
FR0010261198	Lyxor ETF MSCI Europ	74 656			128,39	9 585 086	129,11	9 638 836
FR0010654913	AMUNDI ETF € STOXX50	712			61,48	43 770	73,12	52 061
FR0010737544	Lyxor ETF €CorpBond	1 010			147,05	148 523	147,17	148 642
FR0010892224	AMUNDI ETF S&P 500€	3 762			33,56	126 270	39,36	148 065
FR0012386696	ETF Lyxor Barclays F	1 500			101,21	151 817	101,21	151 815
GB00BMP3SH07	M&G Floating Rate HY	880 704			10,90	9 604 057	10,88	9 586 373
IE0032523478	Ishares Euro Corpora	25 356			136,15	3 452 276	135,97	3 447 559
IE00B3ZWOK18	ETF IUSE LN	267 679			58,29	15 602 092	61,19	16 379 278
IE00B520F527	SALAR FUND PLC E1€	68 787			149,27	10 268 159	149,64	10 293 306
IE00B5BMR087	ISHARES SP500 ETF	3 201			134,76	431 360	215,00	688 215
IE00B5M4WH52	ISH EM LOCAL GOV BND	763			62,08	47 368	55,63	42 446
IE00B6X2VY59	iShares EUR Corp Bon	4 000			98,43	393 737	97,95	391 800
IE00B7V SFL77	Legg Mason Brandyw in	49 048			101,42	4 974 640	102,13	5 009 272
IE00BD008T51	AXA Rosenb US Ind Eq	728 951			14,24	10 377 707	14,94	10 890 528
IE00BYZTVV78	ETF iShares EUR Corp	94 746			5,02	475 847	5,02	475 270
LU0093503810	BGF EURO SHORT DUR	972 590			15,98	15 540 361	15,99	15 551 718
LU0113993041	HENDERSON G PAN EUR	754 609			10,65	8 038 446	10,81	8 160 570
LU0156671504	CANDR BONDS €	6 893			2 192,73	15 114 721	2 193,77	15 121 867
LU0219424644	MFS MER-GLOB EQ FUND	5 489			268,14	1 471 793	280,15	1 537 707
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 193			1 165,94	2 557 344	0,00	0
LU0256881128	ALLIANZ EURP Equity	3 871			2 863,13	11 083 827	2 950,98	11 423 916
LU0276013322	AXA US HY Bonds	48 593			215,06	10 450 506	216,45	10 518 007
LU0318939765	FIDELITY FNDS EUR EQ	87 502			14,72	1 287 694	15,32	1 340 531
LU0322253906	DBX MSCI EU SMALL	255 632			41,41	10 584 933	43,88	11 217 132
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	90 864			43,69	3 969 380	44,00	3 998 000
LU0380865021	db xtrackersESS0 ETF	1 626			40,67	66 130	48,62	79 056
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	21 490			21,61	464 394	22,75	488 833
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	14 340			133,90	1 920 124	134,81	1 933 175
LU0672672143	JPM US SELECT EQUITY	39 179			203,97	7 991 232	215,13	8 428 664
LU0750223520	Jupiter Dynamic Bond	793 383			11,24	8 916 331	11,06	8 774 817
LU0835721324	RAM Syst Funds EM Eq	36 589			210,88	7 716 114	212,76	7 784 738
LU0851821966	MAN GLG FLEXBLE BON	92 521			111,39	10 305 822	112,42	10 401 300
LU1129992308	BlackRock - Fixed In	505 229			9,68	4 888 177	9,60	4 850 198
LU1162198839	LFIS Vision UCITS -	4 040			1 168,77	4 721 319	1 163,70	4 700 838
LU1245470080	Flossbach von Storch	21 156			109,57	2 317 979	110,80	2 344 104
LU1625225310	INVESCO PAN EUPN E-Z	18 200			10,18	185 276	10,33	188 006
	...							
	sub-total	6 341 063	0			207 608 538		208 472 997
	2.2.1.4 - Outros							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	6 512 505	0			212 560 338		213 557 889

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A.  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
BE0000308172	BGB 4% 28/03/2022	14 000 000	140 000	109,87	0,01	153 814	0,01	169 740
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65 000 000	650 000	101,16	0,01	657 540	0,01	957 792
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	164 700 000	1 647 000	43,28	0,00	712 819	0,01	1 577 497
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	286 500 000	2 865 000	29,95	0,00	857 953	0,01	2 332 912
ES0000011868	SPGB 6% 31/01/2029	250 000 000	2 500 000	149,79	0,01	3 744 810	0,01	3 713 796
ES00000121A5	SPGB 4.1% 30/7/18	2 774	2 774 000	106,67	1 066,70	2 959 026	1 043,37	2 894 311
ES00000121G2	SPGB 4,8% 31/1/24	385	385 000	112,83	1 128,32	434 402	1 290,15	496 710
ES00000121L2	SPGB 4,6% 30/7/19	9 404	9 404 000	108,57	1 085,74	10 210 306	1 097,57	10 321 588
ES00000121O6	SPGB 4,3% 31/10/19	7 811	7 811 000	110,56	1 105,60	8 635 827	1 092,22	8 531 363
ES00000122D7	SPGB 4% 30/4/20	9 772	9 772 000	104,64	1 046,36	10 225 005	1 123,65	10 980 297
ES00000122E5	SPGB 4.65% 30/7/25	3 000	3 000 000	124,57	1 245,67	3 737 011	1 284,16	3 852 470
ES00000122T3	SPGB 4,85% 31/10/20	13 684	13 684 000	109,41	1 094,07	14 971 218	1 147,74	15 705 652
ES00000123B9	SPGB 5,5% 30/4/21	9 047	9 047 000	121,49	1 214,87	10 990 960	1 217,68	11 016 337
ES00000123C7	SPGB 5.9% 30/07/2026	6 890	6 890 000	141,55	1 415,50	9 752 821	1 399,65	9 643 622
ES00000123K0	SPGB 5.85% 31/01/22	10 854	10 854 000	129,17	1 291,74	14 020 506	1 284,28	13 939 594
ES00000123Q7	SPGB 4.5% 31/1/18	6 627	6 627 000	107,93	1 079,30	7 152 498	1 045,07	6 925 688
ES00000123U9	SPGB 5.4% 31/1/2023	3 400	3 400 000	126,41	1 264,05	4 297 778	1 299,26	4 417 490
ES00000123X3	SPGB 4.4% 31/10/23	17 754	17 754 000	123,41	1 234,07	21 909 754	1 223,67	21 725 108
ES0000012411	SPGB 5,75% 30/07/32	1 500	1 500 000	149,07	1 490,73	2 236 095	1 489,54	2 234 307
ES00000124B7	SPGB 3.75% 31/10/18	6 916	6 916 000	105,07	1 050,74	7 266 945	1 041,17	7 200 731
ES00000124C5	SPGB 5.15% 31/10/28	2 540	2 540 000	137,05	1 370,47	3 480 987	1 348,19	3 424 397
ES00000124H4	SPGB 5.15% 31/10/44	33	33 000	157,07	1 570,66	51 832	1 459,38	48 159
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/4/24	2 051	2 051 000	120,46	1 204,65	2 470 731	1 215,26	2 492 500
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/24	17 702	17 702 000	110,69	1 106,90	19 594 404	1 131,98	20 038 332
ES00000126C0	SPGB 1.4% 31/1/20	100	100 000	104,45	1 044,49	104 449	1 046,40	104 640
ES00000126Z1	SPGB 1.6% 30/4/25	15 796	15 796 000	101,20	1 011,98	15 985 160	1 055,55	16 673 524
ES00000127A2	SPGB 1.95% 30/7/30	1 000	1 000 000	98,48	984,79	984 790	1 009,88	1 009 881
ES00000127G9	SPGB 2.15% 31/10/25	13 224	13 224 000	106,99	1 069,92	14 148 643	1 079,58	14 276 393
ES00000127Z9	SPGB 1.95 30/4/26	4 470	4 470 000	105,49	1 054,86	4 715 224	1 066,29	4 766 327
ES00000128B8	SPGB 0.75 30/7/21	10 250	10 250 000	102,38	1 023,79	10 493 876	1 027,48	10 531 721
ES00000128H5	SPGB 1.3 31/10/26	9 359	9 359 000	99,57	995,71	9 318 877	1 000,67	9 365 254
ES00000128O1	SPGB 0.4 30/4/22	7 767	7 767 000	100,43	1 004,33	7 800 645	1 009,15	7 838 036
ES00000128P8	SPGB 1.5 30/4/27	6 700	6 700 000	98,56	985,64	6 603 788	1 014,00	6 793 797
ES0000012A89	SPGB 1.45 31/10/27	10 190	10 190 000	99,17	991,70	10 105 452	991,36	10 101 989
ES0000012A97	SPGB 0.45 31/10/22	3 125	3 125 000	100,82	1 008,17	3 150 541	1 003,82	3 136 929
FR0000570939	FRTRR 0% 10/25/19	30 250 000	30 250 000	54,71	0,55	16 548 454	1,01	30 564 903
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17 200 000	4 300 000	53,29	0,13	2 291 590	0,25	4 348 934
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 650 000	4 650 000	39,32	0,39	1 828 566	0,83	3 870 381
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,24	8 577 000
FR0010172494	France OAT Strip 44	6 000 000	1 500 000	24,41	0,06	366 150	0,16	932 115
IT0000366655	BTFS 9% 1/11/23	712 800 000	7 128 000	150,42	0,02	10 722 126	0,01	10 396 728
IT0001174611	BTFS 6.5% 1/11/27	449 600 000	4 496 000	141,72	0,01	6 371 955	0,01	6 347 961
IT0001247243	BTSS 01/11/2019	200 000 000	2 000 000	67,69	0,01	1 353 780	0,01	1 995 960
IT0001278511	BTFS 5.25% 01/11/29	20 000 000	200 000	106,19	0,01	212 388	0,01	263 837
IT0004009673	BTFS 3.75% 1/8/21	2 711	2 711 000	113,31	1 133,06	3 071 723	1 135,50	3 078 343
IT0004356843	BTFS 4.75% 1/8/23	1 726	1 726 000	122,13	1 221,25	2 107 882	1 224,24	2 113 036
IT0004594930	BTFS 4% 1/9/20	183	183 000	114,98	1 149,84	210 421	1 117,21	204 450
IT0004759673	BTFS 5% 1/3/22	32 518	32 518 000	118,77	1 187,73	38 622 582	1 198,16	38 961 794
IT0004801541	BTFS 5.5% 1/9/22	1 326	1 326 000	125,59	1 255,92	1 665 350	1 233,64	1 635 801
IT0004848435	BTFSH 0 1/11/2023	1 342 000 000	13 420 000	33,20	0,00	4 455 037	0,01	12 524 618
IT0004848492	BTFSH 0 1/5/2031	1 341 000 000	13 410 000	23,02	0,00	3 086 415	0,01	9 393 236
IT0004848831	BTFS 5.5 1/11/22	9 260	9 260 000	123,48	1 234,83	11 434 488	1 232,92	11 416 820
IT0004907843	BTFS 3.5% 1/6/18	167	167 000	109,76	1 097,63	183 304	1 019,15	170 198
IT0004922909	CCTS FLOAT 1/11/18	200	200 000	102,61	1 026,10	205 220	1 019,41	203 882
IT0004957574	BTFS 3.5% 1/12/18	462	462 000	106,48	1 064,79	491 933	1 038,03	479 570
IT0004966401	BTFS 3.75% 1/5/21	132	132 000	115,21	1 152,06	152 072	1 119,72	147 803
IT0005028003	BTFS 2.15% 15/12/21	3 630	3 630 000	106,88	1 068,76	3 879 607	1 065,51	3 867 816
IT0005030504	BTFS 1.5% 1/8/19	162	162 000	101,93	1 019,27	165 122	1 033,11	167 363
IT0005045270	BTFS 2.5% 1/12/24	10 405	10 405 000	106,96	1 069,60	11 129 182	1 071,93	11 153 423
IT0005086886	BTFS 1.35% 15/4/22	100	100 000	101,38	1 013,80	101 380	1 033,04	103 304
IT0005104473	CCTS Float 15/6/22	1 250	1 250 000	100,65	1 006,50	1 258 125	1 009,32	1 261 649
IT0005106049	BTFS 0.25% 15/5/18	30	30 000	100,28	1 002,75	30 083	1 002,77	30 083
IT0005127086	BTFS 2% 1/12/25	8 205	8 205 000	101,58	1 015,80	8 334 605	1 021,29	8 379 712
IT0005142143	BTFS 0.65% 1/11/20	660	660 000	101,36	1 013,60	668 976	1 015,51	670 234
IT0005175598	BTFS 0.45 1/6/21	440	440 000	101,06	1 010,59	444 662	1 002,90	441 277
IT0005210650	BTFS 1.25 1/12/26	1 764	1 764 000	97,15	971,53	1 713 783	954,43	1 683 623
IT0005215246	BTFS 0.65 15/10/23	140	140 000	98,67	986,74	138 144	977,51	136 852
IT0005217929	BTFS 0.05 15/10/19	489	489 000	99,77	997,67	487 860	1 002,91	490 422
IT0005244782	BTFS 1.2 1/4/22	37	37 000	101,76	1 017,55	37 649	1 026,79	37 991
IT0005250946	BTFS 0.35 15/6/20	358	358 000	100,56	1 005,62	360 013	1 006,87	360 461
	...							
	sub-total	4 939 990 480	388 636 000			381 429 153		425 650 461
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total	0	0			0		0

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2.2.2.3 - De outros emissores							
BE0002266352	KBCBB 0.75 18/10/23	10	1 000 000	99,93	99 925,00	999 250	100 192,11	1 001 921
BE0002290592	KBCBB 1.625 18/9/29	10	1 000 000	99,74	99 738,00	997 380	100 752,47	1 007 525
BE6285450449	ABIBB float 17/3/20	22	22 000	101,60	1 016,01	22 352	1 014,75	22 325
BE6286963051	BARY 2.375 24/5/24	400	400 000	104,45	1 044,50	417 800	1 081,95	432 778
DE000A12TZ95	HOTGR 2.625 28/5/19	1 000	1 000 000	103,83	1 038,30	1 038 300	1 048,76	1 048 758
DE000A12UAR2	PBBGR 1.5 17/9/19	1 368	1 368 000	103,05	1 030,46	1 409 667	1 026,74	1 404 575
DE000A13SWD8	PBBGR 1.25 4/2/19	1 500	1 500 000	99,82	998,16	1 497 240	1 023,94	1 535 903
DE000A14J7F8	ZFFN 2.25 26/4/19	7	700 000	103,98	103 981,29	727 869	104 311,10	730 178
DE000A14KJEB	SAP GR float 1/4/20	13	13 000	100,50	1 005,00	13 065	1 005,85	13 076
DE000A169NA6	DAIGR 0.25 11/5/20	1 469	1 469 000	100,68	1 006,80	1 478 988	1 006,61	1 478 709
DE000A182V54	ANNGR 0.875 10/6/22	14	1 400 000	100,70	100 700,00	1 409 800	102 038,44	1 428 538
DE000A19S4U8	ALVGR 0.25 6/6/23	15	1 500 000	99,49	99 489,00	1 492 335	99 272,81	1 489 092
DE000A19S4V6	ALVGR 0.875 6/12/27	10	1 000 000	98,91	98 910,00	989 100	98 402,33	984 023
DE000A1RE1Q3	ALV 5.625 17/10/42	13	1 300 000	119,18	119 181,38	1 549 358	122 898,23	1 597 677
DE000A1Z6M04	BMW float 18/3/19	22	22 000	100,39	1 003,93	22 087	1 002,96	22 065
DE000A2DA5D4	PBBGR 0.875 29/1/21	20	2 000 000	101,67	101 670,00	2 003 400	102 538,48	2 050 770
DE000CZ40K07	CMZB 1.5% 21/9/22	5 585	5 585 000	105,11	1 051,10	5 870 418	1 054,17	5 887 549
DE000CZ40LR5	CMZB 0.50 13/9/23	1 100	1 100 000	99,22	992,21	1 091 431	991,35	1 090 482
ES0205032016	FERSM 0.375 14/9/22	5	500 000	99,80	99 799,00	498 995	99 426,99	497 135
ES03136793B0	BKT 1.75% 10/6/2019	13	1 300 000	102,44	102 437,00	1 331 681	103 426,88	1 344 549
ES0413211121	BBVA 3.5% 24/1/21	2	200 000	108,97	108 965,00	217 930	114 273,45	228 547
FR0011301480	COFF 3.157% 06/08/19	5	500 000	107,70	107 700,00	538 500	108 481,95	542 410
FR0012018851	BPCV Var 08/07/26	10	1 000 000	104,18	104 183,50	1 041 835	108 017,56	1 080 176
FR0012236677	VPAK 1.25% 16/10/20	10	1 000 000	100,93	100 928,00	1 009 280	103 076,70	1 030 767
FR0012674661	LIFP 1% 17/4/23	4	400 000	99,35	99 352,00	397 408	103 150,59	412 602
FR0013153707	PEUGOT 2.375 14/4/23	700	700 000	105,96	1 059,57	741 700	1 070,65	749 454
FR0013181989	RENAUL 0.375 10/7/19	400	400 000	99,87	998,72	399 488	1 007,21	402 883
FR0013210408	VIEFP 0.314 4/10/23	48	4 800 000	98,21	98 206,75	4 713 924	98 241,56	4 715 595
FR0013218153	RCI 0.625 10/11/21	7 165	7 165 000	100,39	1 003,86	7 192 656	1 007,38	7 217 881
FR0013221652	RENAUL FLOAT 5/12/19	15	15 000	100,56	1 005,56	15 083	1 005,07	15 076
FR0013231743	BPCV 1.125 18/1/23	21	2 100 000	99,67	99 668,33	2 093 035	103 586,60	2 175 319
FR0013241379	Renaul Float 8/7/20	5	5 000	100,05	1 000,50	5 003	1 004,48	5 022
FR0013283371	Renaul 0.75 26/9/22	750	750 000	99,79	997,90	748 425	1 008,31	756 235
FR0013292687	Renaul float 4/11/24	600	600 000	100,00	1 000,00	600 000	1 006,64	603 983
FR0013298684	HITFP 0.625 27/3/23	5	500 000	99,21	99 205,00	496 025	99 738,93	498 695
FR0013299435	RENAUL 1.28/11/25	1 500	1 500 000	99,11	991,09	1 486 635	987,21	1 480 817
IT0004965346	BPEI 3.375% 22/10/18	70	70 000	100,17	1 001,67	70 117	1 035,71	72 499
IT0005087116	UCGM float 3/5/25	50	500 000	100,75	10 075,00	503 750	10 189,01	509 450
IT0005108490	ATLIM 1.625 12/6/23	5 004	5 004 000	105,21	1 052,14	5 264 922	1 058,90	5 298 715
XS0182242247	LDOIM 5.75 12/12/18	500	500 000	108,41	1 084,10	542 050	1 057,15	528 575
XS0195376925	CXGD float 06/49	54 000	54 000 000	84,78	847,79	45 780 400	690,16	37 268 826
XS0223447227	EDP 4.125% 29/06/20	25 038	25 038 000	89,16	891,61	22 324 069	1 122,81	28 112 926
XS0230957424	CXGD float 49-15	18 750	18 750 000	77,51	775,10	14 533 050	690,12	12 939 752
XS0462994343	PORTEL 5% 11/04/19	63 918	63 918 000	78,47	784,67	50 154 239	400,70	25 611 943
XS0479541699	GAS 4.125% 26/1/18	1	500 000	106,80	53 400,00	53 400	52 048,08	52 048
XS0486101024	TITIM 5.25% 10/2/22	457	22 850 000	110,01	55 006,76	25 138 088	61 154,83	27 947 757
XS0550466469	ACAFP 3.9 19/4/21	10	500 000	115,93	57 962,50	579 625	57 232,01	572 320
XS0591586788	Reesm 4.75% 02/18	86	8 600 000	104,63	104 627,08	8 997 929	104 759,37	9 009 306
XS0619548216	ABNANV 6.375 27/4/21	1 000	1 000 000	123,16	1 231,55	1 231 550	1 234,42	1 234 420
XS0630463965	TITIM 4.75% 25/5/18	12 669	12 669 000	105,81	1 058,07	13 404 749	1 045,52	13 245 696
XS0741942576	Gas5M 5% 13/02/2018	71	7 100 000	102,21	102 213,38	7 257 150	104 983,96	7 453 861
XS0746276335	Telefo 4.797% 02/18	166	16 600 000	105,40	105 398,63	17 496 173	104 766,73	17 391 278
XS0826634874	RABOBK 4.125 14/9/22	500	500 000	116,93	1 169,33	584 665	1 171,84	585 919
XS0835273235	BZUMM 6.25% 28/9/18	10	1 000 000	107,68	107 680,00	1 076 800	106 137,71	1 061 377
XS0843939918	Portel 5.875% 04/18	21 969	21 969 000	103,43	1 034,27	22 721 770	400,70	8 802 978
XS0863907522	ASSGEN 7.75 12/2042	5	500 000	117,98	117 975,00	589 875	129 424,66	647 123
XS0872702112	BBVA 3.75% 17/1/18	118	11 800 000	101,20	101 195,94	11 941 121	103 733,62	12 240 567
XS0879869187	IBESM 3.5% 1/2/21	185	18 500 000	104,74	104 735,69	19 376 103	113 567,05	21 009 905
XS0907289978	TELEF 3.961% 26/3/21	106	10 600 000	104,94	104 935,18	11 123 129	115 189,43	12 210 079
XS0927581842	PORTEL 4.625% 8/5/20	18 437	18 437 000	101,95	1 019,53	18 797 029	395,60	7 293 677
XS0970695572	EDP 4.875% 14/9/20	22 849	22 849 000	107,20	1 072,01	24 494 294	1 142,61	26 107 455
XS0972530561	ASML 3.375% 19/9/23	1 300	1 300 000	116,42	1 164,17	1 513 418	1 168,88	1 519 539
XS0973623514	UCG 3.625% 24/1/19	1 700	1 700 000	109,06	1 090,57	1 853 969	1 072,08	1 822 529
XS0982774399	REN 4.75% 16/10/20	21 743	21 743 000	107,64	1 076,36	23 403 192	1 140,25	24 792 468
XS0995380580	EDP 4.125% 20/1/21	69 259	69 259 000	108,95	1 089,50	75 458 018	1 158,82	80 258 904

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1014627571	UCG 3.25 14/1/21	3 134	3 134 000	109,77	1 097,67	3 440 083	1 121,68	3 515 353
XS1020952435	TIT 4,5% 25/1/21	69 361	69 361 000	108,01	1 080,10	74 917 027	1 162,50	80 632 281
XS1025752293	ODGR 2,375% 10/2/21	3 349	3 349 000	107,62	1 076,24	3 604 329	1 089,05	3 647 219
XS1030900168	VZ 2,375% 17/2/22	2 551	2 551 000	108,53	1 085,34	2 768 701	1 100,94	2 808 502
XS1037382535	INTNED 3.625 25/2/26	1 000	1 000 000	109,08	1 090,80	1 090 800	1 123,64	1 123 638
XS1050547857	MS 2,375% 31/3/21	1 400	1 400 000	107,99	1 079,88	1 511 832	1 086,02	1 520 426
XS1055241373	BBVA 3.5 11/4/24	10	1 000 000	105,09	105 093,00	1 050 930	106 593,10	1 065 931
XS1057822766	ISP FLOAT 17/4/19	200	200 000	101,47	1 014,68	202 936	1 013,06	202 612
XS1069282827	BNP FLOAT 20/5/19	5 406	5 406 000	100,95	1 009,53	5 457 528	1 008,01	5 449 290
XS1069549761	BFCM 3 21/5/24	240	240 000	111,92	1 119,17	268 601	1 126,22	270 294
XS1077772538	ISP 2% 18/6/21	300	300 000	99,86	998,55	299 565	1 066,29	319 888
XS1086835979	CAFP 1.75 15/7/22	700	700 000	106,06	1 060,61	742 427	1 064,85	745 395
XS1111324700	EDP 2.625% 18/1/22	2 651	2 651 000	108,87	1 088,72	2 886 193	1 116,03	2 958 589
XS1117280112	ENCSM 5.375 1/11/22	1 000	1 000 000	107,69	1 076,90	1 076 900	1 070,30	1 070 308
XS1128148845	CITI 1.375% 27/10/21	2 218	2 218 000	104,34	1 043,36	2 314 179	1 043,98	2 315 539
XS1130101931	GS FLOAT 29/10/19	46	46 000	100,92	1 009,16	46 421	1 012,05	46 554
XS1139091372	LLOYDS 1% 19/11/21	3 605	3 605 000	103,10	1 030,95	3 716 576	1 028,13	3 706 402
XS1148359356	TELEFO 4.2% 29/12/49	7	700 000	106,33	106 328,57	744 300	105 947,19	741 630
XS1168003900	ISP 1.125% 14/1/20	1 000	1 000 000	99,45	994,46	994 460	1 032,04	1 032 039
XS1169630602	ACAFP 0.875% 19/1/22	14	1 400 000	96,15	96 154,71	1 346 166	103 291,85	1 446 086
XS1169707087	UCG Float 19/2/20	300	300 000	101,24	1 012,38	303 714	1 017,02	305 107
XS1171489393	TOYOTA 0.75% 21/7/22	1 907	1 907 000	102,69	1 026,91	1 958 325	1 023,65	1 952 100
XS1178105851	TRNIM 0.875% 2/2/22	3 622	3 622 000	102,64	1 026,35	3 717 442	1 031,81	3 737 226
XS1188094673	NGGLN 0.75% 11/2/22	17	1 700 000	99,37	99 374,76	1 689 371	102 170,75	1 736 903
XS1189286286	REN 2.5% 12/2/25	7 405	7 405 000	100,25	1 002,47	7 423 309	1 111,86	8 233 348
XS1195201931	TOTAL 2.25% 12/2049	1 000	1 000 000	105,10	1 051,00	1 051 000	1 063,05	1 063 048
XS1205644047	VICEN 2,75 20/3/20	700	700 000	106,37	1 063,70	744 590	1 078,26	754 784
XS1207054666	REPSM 3.875% 12/2049	500	500 000	108,72	1 087,20	543 600	1 104,94	552 469
XS1222590488	ELEPOR 2% 22/4/25	29 174	29 174 000	92,24	922,41	26 910 304	1 070,71	31 236 988
XS1238034695	AMX 0 28/5/20	1	100 000	99,10	99 100,00	99 100	99 225,00	99 225
XS1301773799	CARREF float19/10/19	100	100 000	101,46	1 014,55	101 455	1 014,49	101 449
XS1317725726	Ford 1.528% 9/11/20	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	1 040,82	1 040 819
XS1319814577	FDX 1% 11/1/23	2 618	2 618 000	101,92	1 019,16	2 668 160	1 026,91	2 688 440
XS1319820541	FDX 1.625 11/1/27	500	500 000	99,38	993,78	496 890	1 033,62	516 812
XS1322048619	AMSM 1.625 17/11/21	46	4 600 000	105,59	105 586,72	4 856 989	105 080,34	4 833 696
XS1325825211	POLN 2.15 25/11/22	1 000	1 000 000	106,56	1 065,60	1 065 600	1 074,15	1 074 149
XS1330300341	ISS 1.125% 7/1/21	400	400 000	99,70	997,00	398 800	1 033,66	413 462
XS1333193875	GT 3.75 15/12/23	700	700 000	105,30	1 053,00	737 100	1 045,50	731 848
XS1346315200	BBV 1% 20/1/21	10	1 000 000	99,52	99 516,00	995 160	103 373,95	1 033 739
XS1346762641	BACRED 1.625 19/1/21	1 000	1 000 000	99,88	998,81	998 810	1 055,30	1 055 299
XS1374865555	UCGIM 2 4/3/23	1 000	1 000 000	106,70	1 067,00	1 067 000	1 076,25	1 076 253
XS1382791892	DT Float 3/4/20	33	33 000	100,35	1 003,47	33 115	1 005,76	33 190
XS1385395121	EDP 2.375 23/3/23	7 822	7 822 000	102,77	1 027,69	8 038 577	1 104,34	8 638 143
XS1401125346	BZUIM 2.125 28/4/23	700	700 000	101,89	1 018,86	713 200	1 067,09	746 962
XS1405774990	ASML 0.625 7/7/22	300	300 000	99,67	996,72	299 016	1 015,84	304 751
XS1412593185	ENIM 0,75 17-05-22	2 693	2 693 000	102,04	1 020,41	2 747 954	1 024,01	2 757 647
XS1423826798	RENEPL 01/06/23	3 937	3 937 000	102,77	1 027,68	4 045 973	1 061,30	4 178 339
XS1496175743	FNAC 3.25 30/9/23	700	700 000	105,74	1 057,40	740 180	1 049,47	734 626
XS1497527736	NHISM 3.75 1/10/23	400	400 000	104,43	1 044,30	417 720	1 064,38	425 750
XS1505554698	TELEF 0.318 17/10/20	15	1 500 000	100,00	100 000,00	1 500 000	100 636,21	1 509 543
XS1509942923	COLSM 1.45 28/10/24	10	1 000 000	100,40	100 400,00	1 004 000	99 994,22	999 942
XS1511787407	MS Float 27/1/22	2 637	2 637 000	100,91	1 009,06	2 660 900	1 012,23	2 669 241
XS1548539441	PSABFR 0.5 17/1/20	200	200 000	99,75	997,51	199 502	1 012,88	202 576
XS1548914800	BBVASM 0.625 17/1/22	12	1 200 000	99,82	99 819,00	1 197 828	101 468,60	1 217 623
XS1550149204	ENELIM 1% 16/9/24	1 500	1 500 000	99,00	990,01	1 485 015	1 017,44	1 526 162
XS1550951211	TELEFO 1.528 17/1/25	20	2 000 000	100,00	100 000,00	2 000 000	104 876,02	2 097 520
XS1551306951	ISPM 1.375 18/1/24	1 400	1 400 000	99,31	993,13	1 390 382	1 036,57	1 451 197
XS1554456613	LEGG 1.25 23/1/24	10	1 000 000	99,41	99 409,00	994 090	103 247,66	1 032 477

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1557096267	DT 0.875 30/1/24	5 281	5 281 000	101,52	1 015,25	5 361 532	1 021,00	5 391 926
XS1560862580	BAC Float 7/2/22	3 024	3 024 000	100,70	1 007,05	3 045 312	1 016,15	3 072 836
XS1571293171	ERICB 0.875 1/3/21	300	300 000	99,61	996,13	298 839	998,53	299 558
XS1577427526	GS Float 9/9/22	3 894	3 894 000	100,34	1 003,40	3 907 228	1 010,27	3 933 983
XS1577747782	PCLN 0.8 10/3/22	2 496	2 496 000	100,77	1 007,74	2 515 308	1 019,34	2 544 272
XS1584041252	BNP Float 22/9/22	2 000	2 000 000	100,00	1 000,00	2 000 000	1 026,47	2 052 949
XS1586146851	SOCGEN Float 1/4/22	26	2 600 000	100,00	100 000,00	2 600 000	102 364,70	2 661 482
XS1589970968	DIA 0.875 6/4/23	22	2 200 000	100,46	100 464,68	2 210 223	100 578,86	2 212 735
XS1592168451	BKTSM 2.5 6/4/27	10	1 000 000	101,44	101 438,00	1 014 380	104 655,32	1 046 553
XS1594368539	BBVA Float 12/4/22	2	200 000	101,01	101 005,50	202 011	101 232,98	202 466
XS1598861588	ACAFF Float 20/4/22	25	2 500 000	100,00	100 000,00	2 500 000	102 193,51	2 554 838
XS1599167589	ISP Float 19/4/22	1 750	1 750 000	99,85	998,50	1 747 375	1 025,93	1 795 371
XS1603892065	MS Float 08/11/22	1 500	1 500 000	100,00	1 000,00	1 500 000	1 014,96	1 522 435
XS1611042646	Kellogg 0.8 17/11/22	500	500 000	99,95	999,47	499 735	1 010,88	505 438
XS1613140489	REPSM 0.5 23/5/22	5	500 000	99,57	99 568,00	497 840	100 781,48	503 907
XS1614198262	GS 1.375 15/5/24	1 500	1 500 000	99,99	999,93	1 499 895	1 028,90	1 543 353
XS1615501837	Bacred Float 18/5/22	2 000	2 000 000	101,48	1 014,80	2 029 600	1 017,87	2 035 739
XS1623355374	NNGRNV 0.25 1/6/20	500	500 000	99,93	999,31	499 655	1 006,03	503 013
XS1627337881	AQUA 1.413 8/6/22	5 231	5 231 000	100,87	1 008,74	5 276 729	1 030,14	5 388 680
XS1637277572	BNP 1% 27/6/24	1 000	1 000 000	99,45	994,50	994 500	1 012,20	1 012 201
XS1647404554	ALDFP 0.875 18/7/22	10	1 000 000	99,78	99 776,00	997 760	101 671,34	1 016 713
XS1673102734	ISSDC 1.5 31/8/27	1 400	1 400 000	99,91	999,08	1 398 712	1 000,96	1 401 351
XS1677902162	CARLB 0.5 6/9/23	2 100	2 100 000	99,25	992,54	2 084 334	988,84	2 076 570
XS1678372472	BBVA 0.75 11/9/22	12	1 200 000	99,42	99 420,00	1 193 040	100 383,14	1 204 598
XS1678966935	CNHI 1.75 12/9/25	800	800 000	99,25	992,48	793 984	1 032,05	825 642
XS1681855539	HSBC Float 5/10/23	1 200	1 200 000	100,00	1 000,00	1 200 000	1 006,88	1 208 251
XS1685798370	ADNA 0.875 19/9/24	1 000	1 000 000	99,47	994,74	994 740	1 003,17	1 003 173
XS1689739347	BACRED 0.625 27/9/22	1 500	1 500 000	99,40	993,99	1 490 985	992,87	1 489 311
XS1691349523	GS Float 26/9/23	2 000	2 000 000	100,00	1 000,00	2 000 000	1 004,82	2 009 641
XS1697916358	FCAIBNK 0.25 12/10/20	1 000	1 000 000	99,65	996,52	996 520	1 001,65	1 001 655
XS1699951767	UBIM 0.75 17/10/22	1 000	1 000 000	99,47	994,74	994 740	997,09	997 092
XS1701884204	AEM 1.625 19/10/27	600	600 000	98,70	987,00	592 200	999,82	599 895
XS1706111876	MS Float 9/11/21	1 250	1 250 000	100,00	1 000,00	1 250 000	1 002,45	1 253 061
XS1708161291	VZ 1.375 27/10/26	100	100 000	99,68	996,81	99 681	995,39	99 539
XS1715306012	ALATPF 1% 7/1/25	7	700 000	97,62	97 623,00	683 361	97 434,68	682 043
XS1718306050	SOCGEN 0.5 13/1/23	15	1 500 000	99,60	99 604,00	1 494 060	99 255,12	1 488 827
XS1718393439	GASSM 0.875 15/5/25	11	1 100 000	99,77	99 770,00	1 097 470	98 754,67	1 086 301
XS1718418103	BASGR 0.875 15/11/27	100	100 000	98,68	986,75	98 675	987,99	98 799
XS1723613581	ALDFP Float 27/11/20	10	1 000 000	100,00	100 000,00	1 000 000	100 473,82	1 004 738
XS1729872652	F Float 1/12/21	600	600 000	100,00	1 000,00	600 000	1 001,07	600 639
XS1729872736	F Float 1/12/24	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	1 004,12	1 004 119
XS1730873731	MTNA 0.95 17/1/23	500	500 000	99,38	993,80	496 900	992,63	496 314
XS1732232340	DT 0.625 13/12/24	1 500	1 500 000	99,24	992,39	1 488 585	989,83	1 484 738
	...							
	sub-total	586 169	737 855 000			733 872 120		706 882 561
	sub-total	4 940 576 649	1 126 491 000			1 115 301 274		1 132 533 022
	2.3 - Derivados de negociação							
	Sw aps							-742 246
	Futuros							247 209
	...							
	sub-total	0	0			0		-495 037
	2.4 - Derivados de cobertura							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	total	92 091 692 488	2 068 150 937			2 265 589 950		2 417 799 982
	3 - TOTAL GERAL	92 526 512 393	2 090 475 635			2 294 899 207		2 447 146 207

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Mês: dez/17  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

## Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	25 355 426	10 138 866	9 136 623	(6 079 938)
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>	25 355 426	10 138 866	9 136 623	(6 079 938)

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Mês: dez/16  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

## Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	28 871 035	11 604 122	9 952 174	(7 314 739)
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>	28 871 035	11 604 122	9 952 174	(7 314 739)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante designada por “Santander Totta Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.054.308.009 euros e um total de capital próprio de 89.632.031 euros, incluindo um resultado líquido de 5.100.480 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

---

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.*  
*Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal*  
*Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)*  
*Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000*  
*Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

**Valorização de instrumentos financeiros**

*Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.21, 6 e 32 das demonstrações financeiras.*

Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos disponíveis para venda, no montante total de 2.697.883.890 milhares de euros, representam 88% do ativo da Companhia em 31 de dezembro de 2017, tendo como finalidade a cobertura das responsabilidades assumidas no âmbito dos contratos de seguro e dos contratos de investimento. A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento.

Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emitentes ou metodologias de avaliação.

Os instrumentos financeiros menos líquidos, representando cerca de 2% do total da referida carteira de instrumentos financeiros (64.542.311 euros), incluem fundos de investimento imobiliários e mobiliários, obrigações e derivados, e a valorização dos mesmos envolve julgamento, visto não existirem dados observados em mercado.

Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;
- Verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros;
- Verificação de cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas;
- Para posições menos líquidas, avaliação de suportes adequados para a valorização adotada;
- Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

**Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas**

*Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 2.6, 2.8, 2.21, 11 e 12 das demonstrações financeiras.*

As provisões matemáticas do ramo vida apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 360.077.117 euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ascendem a 2.451.851.528 euros, correspondendo no total a 95% do passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerente à constituição de provisões matemáticas do ramo vida é essencialmente efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações e despesas. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é uma curva de taxas de juro sem risco.

Esta avaliação envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como, taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Companhia para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os Serviços da Companhia executam periodicamente testes de aferição de

A nossa equipa, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pelos Serviços da Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- Desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelos Serviços da Companhia.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente às provisões técnicas de seguro direto e aos referidos passivos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

compromissos de taxa de juro e "Asset Liability Management" (ALM), no respeitante às várias carteiras de contratos de seguro. A monitorização efetuada não evidenciou a necessidade de constituição de uma provisão para compromissos de taxa, enquadrada no normativo contabilístico em vigor.

---

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a

esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta Seguros pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

28 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## **RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Exercício de 2017**

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2017, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### **RELATÓRIO ANUAL**

As onze reuniões que o Conselho Fiscal efetuou, quer em 2017, quer em 2018 sobre a atividade e contas de 2017 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo-se, em algumas delas, contado com presença de membros da Administração, do Responsável pela Auditoria Interna, do Diretor Financeiro e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2016, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2017 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2017, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



Handwritten signature in blue ink, likely of a member of the Fiscal Council.



Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção às políticas e relatórios relacionados com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance*, autoavaliação do risco e anti-fraude.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável, procedeu à análise das propostas de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e o número 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro) a prestar pelo Revisor Oficial de Contas.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2017;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

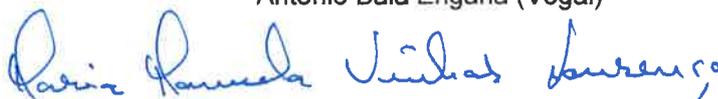
Lisboa, 28 de março de 2018

**O CONSELHO FISCAL**

José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baia Engana (Vogal)



Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE  
GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é diretamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,9%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indiretamente dominante da sociedade Santander Totta SGPS, SA.

2. As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Nos termos do artigo 407º do CSC e ao abrigo do Estatuto da Sociedade, em 2016 o Conselho de Administração designou uma Comissão Executiva, na qual estão delegados os poderes correntes de gestão.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

### 7. As principais áreas organizacionais da Sociedade são:

- Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos - Estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único.
- Departamento Técnico e Operacional – Assegura a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e



tratamento de sinistros, ou seja é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.

- Departamento Financeiro - Assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças.
- Departamento Gestão Riscos, Atuarial e Controlo Interno - Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos; Assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II; Apura, controla e reporta trimestralmente o requisito de capital (“SOR”) da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Coordena e promove a atualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e na Volcker Rule quer de acordo com os definidos pelas áreas corporativas do Grupo Santander e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Analisa e valoriza as incidências detetadas e efetua o seguimento dos planos de ação para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez.
- Departamento de Qualidade e Compliance - Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações. Assegura a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, com identificação das áreas / colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento e assegurar atempada informação de todas as alterações ocorridas. Elabora

normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco.

### 8. Modelo global de governo da sociedade

O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores.

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes.

- Comité de Compliance - Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.
- Comité de Riscos - supervisão e controlo de riscos, assegurando que os mesmos são geridos de acordo com o apetite por risco aprovado pelo Conselho de Administração e garantindo em permanência uma visão integral dos riscos identificados no Marco Geral de Risco.
- Comité de Controlo Interno - Monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.
- Comité de Investimentos - Monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- Comité de Aprovação de Produtos – aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulatórias aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.



- Comité de Qualidade - Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, bem como estabelece Projetos de Melhoria de Qualidade e promove o seu seguimento.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro e no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS  
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE  
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO  
DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE  
VIDA, S.A.**

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2016-2018 na reunião da Assembleia Geral de 24 de novembro de 2016, tendo atualmente a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida  
Maria Alexandra Teixeira Peres Brandão Palma Cavaco  
Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

***I. Política do Grupo Santander***

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os

talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

## ***II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.***

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

### ***III. Componentes da Política de Remuneração***

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
  - (i) Anualmente, pelo Presidente da Comissão Executiva, relativamente aos restantes administradores executivos;
  - (ii) Anualmente, por Administrador da Santander Totta SGPS, relativamente ao Presidente da Comissão Executiva.
- c) Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção em outras entidades do Grupo, podem ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo

assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

## **1. Remuneração Fixa Anual**

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2017, uma parcela inferior a 51% da Remuneração Total Anual.

## **2. Remuneração Variável**

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Em 2016 foram feitas alterações à Política que têm como objetivo: (i) simplificar a estrutura das componentes variáveis da remuneração, ao integrar num único componente o prémio de desempenho de empresa e o prémio a longo prazo previstos para os Administradores Executivos na anterior política; (ii) melhorar o ajustamento por risco *ex ante* da remuneração variável, utilizando um único conjunto de métricas anuais quantitativas e qualitativas que permitam recompensar as decisões adequadas dentro do quadro apropriado de riscos e reforçar o alinhamento da remuneração variável com os interesses e objetivos a longo prazo da sociedade; e (iii) aumentar a incidência dos elementos de longo prazo e as medidas plurianuais de desempenho e combinar de forma mais efetiva os objetivos a curto e a longo prazo (dado que o cumprimento dos objetivos a curto prazo passará a determinar o montante máximo atribuível a longo prazo).
- d) Tendo presente o definido no ponto **III**, alínea *e*), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- e) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da

Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;

- f) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- g) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

## 2.1. Remuneração Variável

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor, reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;
- e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas *malus* e *claw back* descritas no item (iv) abaixo.
- f) O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos Administradores Executivos e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

### *(i) Valor de referência da remuneração variável*

- g) A remuneração variável de 2017 dos Administradores Executivos será determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos

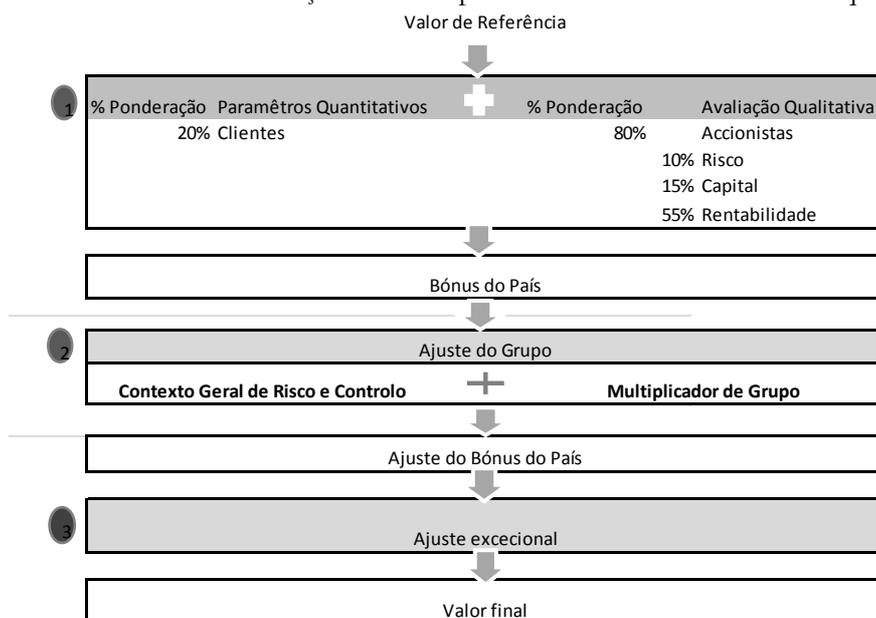
objetivos estabelecidos, sendo posteriormente fixado para cada membro um valor de referência para o exercício.

(ii) *Fixação do valor da remuneração variável*

h) Partindo do esquema de referência descrito abaixo (simplificado em relação ao exercício de 2016), a remuneração variável de 2017, para os administradores executivos será determinada considerando como elementos básicos do esquema:

- Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos de acordo com os objetivos anuais.
- Uma avaliação qualitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
- Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/o riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

i) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



(iii) *Forma de pagamento:*

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2018 e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- 60%, dessa remuneração será paga em 2018, líquida de impostos, em dinheiro e em ações.
- o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em 2019, 2020 e 2021, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

Os pagamentos diferidos do terceiro ano, poderão estar sujeitos aos objetivos a longo prazo descritos no anexo I, nos termos definidos pelo Grupo.

As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

*(iv) Outras condições da remuneração variável*

Condições de permanência, cláusulas *malus* e *clawback* aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionada, além da permanência do beneficiário no Grupo, à não existência durante o período anterior a cada uma das entregas de circunstâncias que possam dar lugar à aplicação de *malus* e *clawback*, conforme definido na Política de Retribuição do Grupo.

A aplicação de cláusulas *malus* e *clawback* é iniciada em situações em que se verifique um deficiente desempenho financeiro da entidade no seu conjunto ou de uma divisão ou área concreta desta ou das exposições criadas por colaboradores devendo considerar-se, pelo menos, as seguintes circunstâncias:

- Falhas significativas na gestão de riscos praticadas pela entidade, por uma unidade de negócio ou de controlo de risco;
- O aumento das necessidades de capital da sociedade não previstas no momento da criação da exposição;
- Quaisquer sanções regulatórias ou condenações judiciais por atos que possam ser imputados à entidade ou ao colaborador responsável por aqueles atos, bem como o incumprimento de códigos de conduta internos da entidade;
- Prova de má conduta, individual ou coletivas.

A decisão de aplicação de *malus* e/ou *clawback*, é da competência da Comissão de Vencimentos.

### **2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga**

Da remuneração variável de 2014, encontram-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2015, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2016, foi paga em 2017 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

### **3. Benefícios**

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

### **4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a SantanderTotta Seguros**

Em 2016 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Santander Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2017.

### ***IV. Aspetos complementares***

Não foi posta em prática em 2016 nem se prevê para 2017, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2016, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2017.

### ***V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões***

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da

Circular n.º 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridade nacionais competentes.

Lisboa, 30 de Março de 2017

## Anexo I

### Critérios de determinação da remuneração variável diferida sujeita a desempenho

- a) Cumprimento do objetivo de crescimento do lucro consolidado por ação (“BPA”) do Banco Santander em 2019 por comparação a 2016. O coeficiente correspondente a esse objetivo (“Coeficiente BPA”) será obtido com a seguinte tabela:

Crescimento do BPA em 2019 (% sobre 2016)	“Coeficiente BPA”
≥ 25%	1
> 0% mais < 25%	0 – 1 (*)
<0%	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente BPA em função da percentagem concreta do crescimento do BPA de 2019 por comparação ao BPA de 2016 dentro desta escala.

- b) Comportamento relativo do retorno total para o acionista (“RTA”) do Banco no período 2017-2019 em comparação com os RTA’s ponderados de um grupo de referência de 17 entidades de crédito (o “Grupo de Referência”), atribuindo-se o Coeficiente RTA que proceda em função da posição do RTA do Banco dentro do Grupo de Referência.

Posição do RTA do Santander	“Coeficiente RTA”
Superior a 66%	1
Entre 33% e 66%	0-1(*)
Inferior a 33%	0

(\*) Incremento proporcional do Coeficiente RTA em função do número de posições que se ascenda no ranking dentro desta linha da escala.

O RTA mede o retorno do investimento para o acionista como soma da variação da quotização da ação mais os dividendos e outros conceitos similares (incluindo o programa Santander Dividendo Elección) que pode receber o acionista durante o período considerado.

O Grupo de Referência estará formado pelas seguintes entidades: Itaú, JP Morgan, Bank of America, HSBC, BNP Paribas, Standard Chartered, Citi, Société Générale, ING, Barclays, Wells Fargo, BBVA, Lloyds, UBS, Intesa SanPaolo, Deutsche Bank, e Unicredit.

- c) Cumprimento do objetivo de índice de capital de nível 1 ordinário (*common equity tier 1 ou CET1*) consolidado do Grupo Santander *fully loaded* fixado para o exercício de 2019. O Coeficiente correspondente a este objetivo (Coeficiente CET1) obter-se-á da seguinte tabela:

CET1 em 2019	Coefficiente CET1
$\geq [11,30]\%$	1
$\geq [11]\%$ mas $< [11,29]\%$	$0 - 1^{(*)}$
$< [11]\%$	0

(\*) Incremento linear do Coeficiente CET1 em função do CET1 de 2019 dentro desta escala.

Para a verificação do cumprimento desse objetivo não serão considerados possíveis aumentos do CET1 derivados de aumentos de capital (exceto os que instrumentem o programa Santander Dividendo Elección). Além disso, o CET1 em 31 de dezembro de 2019 poderá ser ajustado para eliminar os efeitos de mudanças regulatórias que possam ocorrer a seu respeito e do seu cálculo até essa data.

Para determinar o valor anual da Parte Diferida Sujeita a Objetivos correspondentes a cada beneficiário nos exercícios de 2021 e (a cada um desses pagamentos, uma “Anuidade Final”), e sem prejuízo dos ajustes que possam resultar das cláusulas *malus*, aplica-se a seguinte fórmula:

$$\text{Anuidade Final} = \text{Imp.} \times (1/3 \times A + 1/3 \times B + 1/3 \times C)$$

Sendo:

- “Imp.” corresponde a um terço, em função do perfil do beneficiário, do valor diferido do Incentivo A.
- “A” é o Coeficiente BPA que resulta da escala do ponto (a) anterior em função do crescimento de BPA em 2019 sobre o de 2016.
- “B” é o Coeficiente RTA que resulta da escala do ponto (b) anterior em função do comportamento do RTA do Banco no período 2017-2019 por comparação com o Grupo de Referência.
- “C” é o Coeficiente CET 1 que resulta do cumprimento do objetivo de CET1 para 2019 descrito no ponto (c) anterior.



Santander Totta

SEGUROS